



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO-UFRPE  
UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA-UAST  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANTONIO BEZERRA NETO

**POLÍTICAS PÚBLICAS COMO CAMINHO PARA AVANÇOS ECONÔMICOS  
E SOCIAIS: Estudo de caso no assentamento rural da comunidade Baixio Verde  
de Salgueiro-PE**

SERRA TALHADA-PE

2018

ANTONIO BEZERRA NETO

**POLÍTICAS PÚBLICAS COMO CAMINHO PARA AVANÇOS ECONÔMICOS  
E SOCIAIS: Estudo de caso no assentamento rural da comunidade Baixio Verde  
de Salgueiro-PE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Unidade Acadêmica de Serra Talhada da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

**Área de Concentração:** Desenvolvimento econômico

**Orientador:** Prof. Éder Lira de Souza Leão

SERRA TALHADA-PE

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Biblioteca da UAST, Serra Talhada - PE, Brasil.

B574p Bezerra Neto, Antonio

Políticas públicas como caminho para avanços econômicos e sociais:  
estudo de caso no assentamento rural da comunidade Baixio Verde de  
Salgueiro - PE / Antonio Bezerra Neto. – Serra Talhada, 2018.

72f. : il.

Orientador: Éder Lira de Souza Leão

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em bacharelado em  
Ciências Econômicas) – Universidade Federal Rural de Pernambuco.  
Unidade Acadêmica de Serra Talhada, 2018.

Inclui referências.

1. Política pública. 2. Reforma agrária. 3. Programa Nacional de  
Fortalecimento da Agricultura Familiar (Brasil). I. Leão, Éder Lira de Souza,  
orient. II. Título.

CDD 330

Dedico essa monografia a  
Deus pelo dom da vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por ter iluminado meu caminho para conseguir cursar e estar concluindo o curso de Bacharelado em Economia, me ajudando nos momentos mais árduos de minha vida e sempre me guiando.

A Nossa Senhora, minha mãe querida, sua presença em minha vida e sua intercessão junto a Deus e seu filho Jesus Cristo pela proteção cuidando de minha família, colegas e amigos.

Agradeço a Deus pela família que tenho, aos meus pais, irmãos, sobrinhos, tios, que durante esse período na UAST me incentivaram e aos amigos pela força neste período do curso.

Agradeço a Deus por ter colocado pessoas especiais em minha vida, que contribuíram para a realização desse objetivo. Ao professor e orientador Éder Leão pela sua motivação e colaboração para realização dessa monografia. Também, aos professores que durante esse período na UAST me incentivaram e contribuíram em minha vida com novos conhecimentos. O meu ex-colega de trabalho Carlos Gláucio pela força e o apoio nos momentos difíceis.

Por fim, agradeço aos agricultores do assentamento Baixio Verde pela disponibilidade e colaboração com as informações necessárias para a construção desta monografia.

## RESUMO

As políticas públicas são ações planejadas dos gestores públicos com o propósito de atingir o bem-estar da sociedade. Assim, é necessário o planejamento eficaz das políticas para atender as necessidades da população em proporcionar melhorias e desenvolvimento do país. A presente monografia em políticas públicas sobre o Pronaf e Reforma Agrária tem como objetivos averiguar ações de políticas públicas em um assentamento rural na comunidade Baixio Verde, no Estado de Pernambuco na cidade de Salgueiro. Trata-se de um estudo de caso, com característica descritiva e qualitativa. Para a coleta de dados foram utilizadas observações, entrevistas e documentos. Dessa forma, buscamos verificar se as políticas públicas do Pronaf e reforma agrária aplicadas no assentamento foram significativas de forma a gerar condições de melhoria na vida dos agricultores beneficiados. Neste sentido, o estudo analisou os beneficiários dos recursos públicos (Pronaf e reforma agrária) no assentamento para determinar se as políticas cumprem com seus propósitos na elevação do bem-estar dos beneficiários. Foram aplicados questionários e entrevistas a nove agricultores do assentamento. Os principais resultados encontrados mostram que ocorreu melhoria na vida dos agricultores a partir do Pronaf e da reforma agrária. O acesso ao crédito do Pronaf e acesso à terra gerou inclusão social dos agricultores, possibilitando o aumento do seu bem-estar com a acesso a moradia e as condições para cultivar diversas culturas na terra, elevando sua renda. Os agricultores utilizaram o crédito para obras de infraestrutura no assentamento e compra de animais: bovino, caprino, ovino. De modo geral, a partir dos resultados, podemos concluir que as políticas públicas do Pronaf e reforma agrária acarretaram aos agricultores contemplados tanto melhorias em suas vidas por meio da elevação da produção, aumentos em sua renda e acesso a moradia, como também, a inclusão social mediante o acesso à terra e ao crédito. Percebe-se também a importância dessas políticas atuarem em conjunto para esses agricultores, uma vez que, sem acesso à terra para cultivar conseqüentemente não teriam direito ao crédito Pronaf para financiar a produção.

**Palavras-chave:** Políticas públicas, Pronaf, reforma agrária.

## ABSTRACT

Public policies are planned actions of public managers with the purpose of achieving the welfare of society. Thus, effective planning of policies is needed to meet the needs of the population to provide improvements and development of the country. This monograph is about public policies on Pronaf and Agrarian Reform and it aims to investigate public policy actions in a rural settlement in the *Baixio Verde* Community in the city of *Salgueiro* in the state of Pernambuco. It is a “case study”, with descriptive and qualitative characteristics. For data collection, observations, interviews and documents were used. Therefore, to verify if the public policies of Pronaf and agrarian reform applied to the settlement were significant in order to generate conditions of improvement in the life of the benefited farmers. In that regard, the study analyzed the beneficiaries of public resources (Pronaf and agrarian reform) in the settlement, as a means to determine whether the policies serve their purposes in raising the welfare of the beneficiaries. Questionnaires and interviews were applied to nine farmers in the settlement and the main results show that there was an improvement in the life of the farmers from the Pronaf and agrarian reform. Access to Pronaf's credit and access to land led to social inclusion of farmers, enabling them to increase their well-being with access to housing and the conditions to cultivate various crops on the land which raised their income. Farmers used credit for infrastructure work in the settlement and purchase of animals: cattle, goats, sheep. In general, it can be concluded from the results that the public policies of Pronaf and agrarian reform led the contemplated farmers to the improvement in their lives through the increase of production improving their income and access to housing, also, social inclusion through access to land and credit. The importance of these policies working together for these farmers are also noticeable, for they would not be entitled to the Pronaf credit to finance production without having access to land to grow crops.

**Keywords:** Public policies, Pronaf, agrarian reform.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1- Mapa de Pernambuco.....	34
Figura 2- Roteiro entre a cidade de Salgueiro e o Assentamento Baixio Verde .....	35
Figura 3- As principais culturas cultivadas no assentamento Baixio Verde .....	40

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1- Síntese dos relatos dos agricultores sobre o Pronaf e a terra .....	55
---	----

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Pronaf em número de contratos e valor em reais(R\$) no Brasil .....	24
Tabela 2- Pronaf em número de contratos e valor em reais(R\$) em Pernambuco .....	26
Tabela 3- Pronaf em número de contratos e valor em reais(R\$) em Salgueiro-PE.....	28
Tabela 4- Números de famílias assentadas por regiões do Brasil .....	30
Tabela 5- Números de famílias assentadas em Salgueiro, Pernambuco, Nordeste e Brasil .....	31

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1- Evolução do Pronaf em número de contratos e valor em reais (R\$) no Brasil .....	25
Gráfico 2- Evolução do Pronaf em número de contratos e valor em reais (R\$) em Pernambuco .....	27
Gráfico 3- Evolução do Pronaf em número de contratos e valor em reais (R\$) em Salgueiro-PE.....	29
Gráfico 4- Condições de moradias dos agricultores antes e após serem assentados.....	42
Gráfico 5- Escolaridade dos agricultores beneficiários do Pronaf .....	44
Gráfico 6- Avaliação dos agricultores sobre habitabilidade das casas .....	45
Gráfico 7- Segurança da casa/comunidade.....	47
Gráfico 8- Avaliação dos agricultores em relação construção estética da casa.....	48
Gráfico 9- Infraestrutura e equipamento dos assentados.....	51
Gráfico 10- Motivos da mudança dos agricultores para o assentamento .....	52
Gráfico 11- Meios para melhorar a vida no assentamento .....	53

## **LISTA DE ABREVIATURAS DE SIGLAS**

Ater - Política Nacional de Assistência Técnica Extensão Rural

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

COMPESA - Companhia Pernambucana de Saneamento

EMBRAPA - Empresa de Pesquisa Agropecuária

EUA - Estados Unidos da América

FUNTEPE - Fundo de Terra do Estado de Pernambuco

IBGE - Instituto Brasileiro Geográfico de Estatística

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

ITERPE - Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco

IPA - Instituto Agrônomo de Pernambuco

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MA - Maranhão

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

PAA - Alimentos da Agricultura Familiar

PE - Pernambuco

PIB - Produto Interno Bruto

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

ProRural - Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PIMC - Programa 1 Milhão de Cisternas

SARA - Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco

SUS - Sistema Único de Saúde

SEAF - Seguro da Agricultura Familiar

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Objetivo geral .....	14
1.2 Objetivos específicos .....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 O advento das políticas públicas e os principais fundadores.....	15
2.2 O Início das políticas públicas no Brasil .....	17
2.3 Políticas públicas e desenvolvimento .....	18
2.4 Agricultura familiar .....	19
3 PRONAF E REFORMA AGRÁRIA .....	22
3.1 Pronaf .....	22
3.2 Evolução do Pronaf .....	23
3.3 Reforma agrária .....	29
4 METODOLOGIA.....	33
5 DISCUSSÃO E RESULTADOS.....	38
5.1 Perfil socioeconômico .....	39
5.2 Condições de moradia antes e após assentamento .....	41
5.3 Habitabilidade das casas.....	44
5.4 Segurança da casa e comunidade.....	47
5.5 Construção estética das casas .....	48
5.6 Infraestrutura e equipamentos dos assentamentos.....	49
5.7 Quanto a percepção dos agricultores com o Pronaf e reforma agrária.....	54
5.8 Capacitação dos agricultores .....	57
CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	62
APÊNDICES .....	65

## INTRODUÇÃO

As políticas públicas são caminhos desenvolvidos (planejados e realizados) pelos planejadores e gestores públicos para realizar ações que almejam, o desenvolvimento e seus impactos na qualidade de vida da sociedade. No Brasil, por exemplo, é dever constitucional<sup>1</sup> independentemente do nível de renda ou onde se vive, garantir que todos tenham o direito a uma vida digna, com alimentação, água, moradia, saúde e educação. Além disso, também são políticas de Estado prover e contribuir para a geração de emprego e renda.

As ações das políticas públicas são direcionadas para garantir o bem-estar e a redução da heterogeneidade que permeia a sociedade brasileira, e são muitas as políticas públicas existentes no Brasil, como: Saúde (Sistema Único de Saúde-SUS), Educação (Universidades, escolas técnicas, escolas estaduais e municipais), Agrícolas (Assistência Técnica e Extensão Rural, Crédito Rural), além de ações voltadas para redistribuição de renda, geração de empregos, controle da inflação, dentre outras desenvolvidas pelas três esferas – Federal, Estadual e Municipal. Todas essas políticas visam um propósito, o de assegurar a garantia constitucional da equidade entre os cidadãos, já que, no Brasil persistem altos índices de desigualdade.

No Brasil, existe desigualdade de renda e bem-estar entre Norte e Sul e entre suas áreas rurais e urbanas. No território brasileiro, é possível notar, em alguns municípios, uma renda per capita de aproximadamente R\$ 1.700,00, enquanto noutros encontramos uma renda média de R\$ 210,00; há municípios nos quais mais de 80% da população adulta tem ensino fundamental completo e em outros, esse índice não chega a 13%. Na região Sul do Brasil, há municípios onde a esperança de vida ao nascer é maior do que 78 anos, enquanto na região Nordeste do Brasil, há municípios onde tal expectativa de vida é menor que 66 anos (ATLAS BRASIL, 2013). Fica visível a desigualdade nas regiões e municípios brasileiros, e por essas questões, persiste o empenho permanente em desenvolver políticas que estimulem o crescimento e desenvolvimento de municípios e regiões.

O Nordeste brasileiro é uma região na qual a desigualdade persiste quando comparada as demais regiões brasileiras. Apesar dos avanços nas últimas décadas, em relação ao

---

<sup>1</sup> A Constituição Federal do Brasil de 1988, no seu Artigo 6º estabelece a garantia aos direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança social, a proteção a maternidade e à infância, assistência aos desamparados (BRASIL, 2015).

crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM<sup>2</sup> de 0,612 em 2000, para 0,727 em 2010, indicando aumento de 0,115, ainda são notáveis as desigualdades entre regiões no país. Segundo levantamento do Atlas Brasil (2013) no ano de 2010, as regiões Norte e Nordeste apresentavam os menores IDHM do país – 0,667 e 0,663, respectivamente. A região Sudeste, o maior índice IDHM 0,776, seguida pelas regiões Centro-Oeste e Sul – 0,757 e 0,754, respectivamente.

Percebe-se, também, que a própria região Nordeste apresenta desigualdade entre seus estados e municípios, sendo que nesta região concentra-se o maior número de estados do Brasil, com o total de nove, são eles: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Os estados que apresentaram melhor IDHM em 2010, são Rio Grande do Norte e Ceará – 0,684 e 0,683 respectivamente, e o menor IDHM da região é o do estado de Alagoas com 0,631. Quanto aos municípios, o maior IDHM da Região Nordeste é o de Fernando de Noronha (PE) com 0,788, em 2010, seguido por Recife (PE), com IDHM de 0,772. Já Fernando Falcão (MA) é o município com menor IDHM, 0,443 (ATLAS BRASIL, 2013).

O Estado de Pernambuco faz parte da Região Nordeste, e dentro dele é possível perceber que há desigualdade de IDHM entre os municípios que o compõe. Alguns tem o IDHM de nível alto, de 0,778, 0,772 e 0,735, sendo eles Fernando de Noronha-PE, Recife-PE e Olinda-PE, respectivamente. Há, também, municípios no Estado, como o de Manari-PE, no Sertão de Itaparica, com o mais baixo nível de IDHM, 0,487, e que desde o IDHM de 2000, mantém esse resultado negativo (ATLAS BRASIL, 2013).

As políticas públicas para a agricultura familiar representaram nas três últimas décadas, um impulso significativo para o desenvolvimento local brasileiro. Inclusive, no último Censo Agropecuário (2006), eram cerca de 4,4 milhões de famílias agricultoras, que constituíam cerca 84% dos estabelecimentos rurais no Brasil, o que representa 24,3% dos hectares e é responsável pela produção de mais de 50% de alguns dos principais alimentos da cesta básica no país (MDA, 2017).

Diante dessas perspectivas, esse trabalho realizou um estudo dos efeitos das políticas públicas de assentamento (crédito e reforma agrária) utilizadas para agricultores familiares na

---

<sup>2</sup> O IDHM utiliza três indicadores que representa a oportunidade de uma sociedade, a longevidade, a saúde e a educação. O índice vai de zero (0) a um (1), quanto mais próximo de 1 maior o índice de desenvolvimento. As faixas de desenvolvimento humano são fixas, sendo: Baixo Desenvolvimento Humano menor que 0,550; Médio Desenvolvimento Humano entre 0,550 e 0,699; Alto Desenvolvimento Humano entre 0,700 e 0,799; e Muito Alto Desenvolvimento Humano acima de 0,800 (ATLAS BRASIL, 2013).

Comunidade Baixio Verde de Salgueiro-PE, no Sertão Central pernambucano, composta por nove famílias.

Salgueiro está localizado na Região de Desenvolvimento do Sertão Central de Pernambuco, há 516 km da capital (Recife). O IDHM do município, em 2000, era de 0,531, passando para 0,669 em 2010, estando abaixo do IDHM do Estado nos anos de 2000 e 2010, que foram de 0,544 e 0,673, respectivamente.

A Comunidade Baixio Verde fica localizado na proximidade da BR-116, há 17 Km do centro da cidade de Salgueiro, onde se localiza o assentamento rural. As reivindicações, por uma parte da população da comunidade, que não tinha terra, começaram a partir de 2002, tendo este processo durado até dezembro de 2006, ocasião em que as famílias passaram a residir no assentamento e cultivar a terra.

As políticas realizadas no Assentamento Rural na Comunidade Baixio Verde foram o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que é uma política pública do Governo Federal, bem como a Reforma Agrária<sup>3</sup> realizada pelo FUNTEPE<sup>4</sup> antigo órgão do governo do estado de Pernambuco para a reforma agrária, que foi extinto com a criação do ITERPE<sup>5</sup>, em 2009.

As ações da reforma agrária no assentamento foram a partir de 2006, com a destinação de terra para um grupo de nove famílias. A terra destinada às famílias não cumpria a função social<sup>6</sup> pelo antigo proprietário, assim foi objeto da Reforma Agrária. Já o Pronaf, é uma ação do Governo Federal pela qual disponibiliza crédito por intermédio de financiamento ao meio rural. As famílias tiveram acesso ao Pronaf “A”, que é uma linha de financiamento para assentados da Reforma Agrária.

Além dessas políticas (Pronaf e reforma agrária), as famílias da comunidade Baixio Verde, foram beneficiadas com outras políticas públicas, como o Programa um Milhão de

---

<sup>3</sup> A Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, a Reforma Agrária como um conjunto de medidas para acesso à terra, a fim de atender aos princípios da justiça social e aumento da produção (BRASIL, 1964).

<sup>4</sup> Fundo de Terras do Estado de Pernambuco (FUNTEPE) tinha a finalidade proporcionar créditos para a aquisição de terras, custear a realização das obras de infraestrutura e as atividades necessárias à implantação de seus projetos (GOVERNO DO ESTADO PERNAMBUCO, 1991).

<sup>5</sup> Instituto de Terras e Reforma Agrária de Pernambuco (ITERPE) criado pela Lei nº 13.900, de 27 de outubro de 2009, é um órgão que tem por finalidade executar a política agrária, de regularização, ordenação e reordenação fundiária rural do estado de Pernambuco vinculado a Secretária Agricultura e Reforma Agrária (SARA) de Pernambuco (GOVERNO DO ESTADO PERNAMBUCO, 2009).

<sup>6</sup> A Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, estabelece no seu artigo 2º a função social da terra é aquela que desempenha certo nível de produção na terra e a conservação dos recursos naturais (BRASIL, 1964).

Cisternas<sup>7</sup> (PIMC), o Programa Bolsa Família, o programa de capacitação oferecida pela prefeitura (manejo e reprodução de caprinos e ovino), e o Instituto Agrônômico de Pernambuco-IPA<sup>8</sup> e o ProRural<sup>9</sup>, que é uma política pública de fomento, fazendo parte da Reforma Agrária desenvolvida pelo Governo do Estado de Pernambuco.

As famílias do assentamento desenvolvem várias culturas na terra, como a plantação de feijão, milho, hortaliças e criação de animais (caprinos, ovinos, suíno e gado leiteiro), sendo todas estas culturas utilizadas para a geração de renda para as famílias e o excedente comercializado para adquirir outros bens que não são produzidos na comunidade, por exemplo, arroz, produtos eletrodomésticos (geladeira e fogão, por exemplo) e demais artigos necessários para a população local.

A pesquisa visa entender como funcionou a implantação dessas políticas e quais os impactos ocasionados na vida dos beneficiários dessa comunidade após 11 anos de implementação das políticas públicas Pronaf e Reforma Agrária, principalmente, e que efeitos e mudanças estas políticas promoveram no sentido de fomentar a melhora de vida dos cidadãos da localidade.

O motivo que levou à realização dessa pesquisa é que, além de ter familiaridade com os problemas locais, é onde se localiza o domicílio do pesquisador, o que, por sua vez, facilita a coleta de dados, a informação e conhecimento da realidade vivida pela comunidade. Como também por permitir uma reflexão sobre a realidade dessa comunidade e seu desenvolvimento histórico, de maneira que se pretende também contribuir com a própria reflexão da comunidade sobre seus avanços e conquistas até o presente momento, e os desafios que se projetam para o futuro. A família do autor desta obra vive na Comunidade Baixio Verde, é beneficiária de políticas públicas Bolsa Família, são agricultores e cultivam várias culturas como: feijão, milho, bovino leiteiro, caprino, suíno e galinha para a geração de renda da família. O autor trabalhou na agricultura familiar até os dezenove anos de idade, em seguida, começou a trabalhar na iniciativa privada e entrou na Universidade (UFRPE/UAST) aos vinte e quatro anos, por meio do Sistema de Seleção Unificado (Sisu) através do sistema de cotas.

---

<sup>7</sup> A PIMC é uma parceria do governo Federal com Articulação do Semiárido (ASA) na construção de cisternas para o semiárido brasileiro.

<sup>8</sup> O IPA é um órgão do governo do estado de Pernambuco voltado para pesquisa e desenvolvimento e produção de bens e serviços agropecuários, que tem finalidade assistência técnica e extensão rural para os agricultores rurais e contribuir para o desenvolvimento sustentável do estado.

<sup>9</sup> O Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural-ProRural é um programa do governo de Pernambuco para a reforma agrária no estado, vinculado à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco-SARA, com propósito de estimular o desenvolvimento sustentável no meio rural pernambucano.

Essas discussões que envolvem políticas públicas para o meio rural inevitavelmente tangenciam a percepção e os instrumentos de aferição como formas de promoção da inclusão social e redução da desigualdade no meio rural. Buscou-se entender como essas políticas impactaram na comunidade, quais as consequências (sociais e econômicas) para as famílias da comunidade Baixo Verde; como as políticas adotadas contribuíram para aumentar o bem-estar das famílias; como as políticas podem contribuir para o desenvolvimento na localidade. Para entender esses assuntos é inevitável que se entenda as temáticas através de um viés crítico e político por se tratar de aspectos estruturais de dominação e opressão, mas que também pode se traduzir em possibilidade de transformação e emancipação para o povo do campo. Sendo assim, o estudo buscou, ainda, por fim, averiguar a utilização desses recursos públicos e se há eficácia e efetividade destas.

### **1.1 Objetivo geral**

Analisar as políticas públicas voltadas para o apoio e fomento à agricultura familiar, especialmente o PRONAF e Reforma Agrária, e sua efetividade na promoção do desenvolvimento econômico e social junto às famílias assentadas da Comunidade Baixo Verde no Município de Salgueiro/PE.

### **1.2 Objetivos específicos**

- Avaliar as condições socioeconômicas e de qualidade de vida da Comunidade do Baixo Verde;
- Comparar as condições socioeconômicas das famílias da Comunidade do Baixo Verde antes de serem assentadas por meio de entrevistas;
- Analisar as políticas públicas existentes para a Agricultura Familiar e os efeitos do Pronaf e da Reforma Agrária no assentamento e condições de vida locais;
- Recuperar a história de lutas pela terra dos moradores da Comunidade Baixo Verde.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Compreender o histórico e os principais teóricos sobre políticas públicas é importante para as razões de surgimento e necessidade na governança pública. Para Castro e Oliveira (2014), a missão das políticas públicas tem por finalidade a superação dos seus entraves, isto é, numa sociedade onde as pessoas enfrentam dificuldades, sua a superação passa por meio de ações que atendam às necessidades dos cidadãos em situação de vulnerabilidade. Assim, para alcançar o desenvolvimento, cada sociedade deve procurar solucioná-los acordo com a sua capacidade.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa sobre políticas públicas foi necessário compreender seu histórico, os motivos de seu advento e seus propósitos.

### **2.1 O advento das políticas públicas e os principais fundadores**

A área de políticas públicas nasce nos EUA. Conforme aponta Souza (2006, p. 22), “a política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA [...]”, atitude que quebra a tradição europeia, onde os estudos e pesquisas estavam voltados mais para o campo sobre o estudo do Estado e as instituições, a forma como seria a explicação sobre atuação do papel do Estado e sua principal instituição, o governo, como produtor de políticas públicas (SOUZA, 2006).

Já nos EUA, os estudos estavam voltados para a atuação do governo e não do Estado, e, desse modo, estavam orientados para a análise da ação do governo, buscando entender os motivos que levavam os gestores e planejadores a adotarem ou decidirem alguns tipos de políticas públicas em vez de outras (SOUZA, 2006).

Souza (2006) apresenta os principais autores responsáveis e considerados como fundadores do campo de políticas públicas: Harold D. Laswell<sup>10</sup>, Herbert A. Simon<sup>11</sup>, Charles E. Lindblom<sup>12</sup> e David Easton<sup>13</sup>.

Harold D. Laswell, na década de 1930, contribuiu para a análise de políticas públicas, sobre a conciliação do conhecimento científico acadêmico junto aos governos, e, também, seus interesses em fornecer uma relação entre governo e os grupos de cientistas sociais.

Herbert A. Simon instaurou a formulação de decisores públicos (policy makers). Assim, para Simon, o problema das tomadas de decisão e planejamento de políticas públicas é a racionalidade de informações incompletas, deste modo, prejudicando a busca de maximização do interesse na tomada decisão.

Charles E. Lindblom apontou como problemática “[...] a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon [...]” (SOUZA, p. 24), desta forma, apostando na introdução de outras observações na definição de políticas públicas, como o poder e sua inclusão nas diversas etapas dos processos de determinação das decisões. Deste modo, defendeu a necessidade de introduzir mais elementos para a elaboração de exame de racionalidade, como atribuição das eleições, nestas turmas de interesse. Já David Easton, colaborou no campo de políticas públicas com uma junção de formulação, resultado e ambiente.

Para Souza (2006), não há uma só definição de políticas públicas, citando vários autores como: Mead (1995), que define como sendo uma área de estudo de políticas que examina o governo do ponto de vista de enormes problemas de questões públicas; Lynn (1980), sendo várias ações do governo que tem por objetivo produzir resultados específicos; Peters (1986), para ele sendo o montante de ações de atividades dos governos que tem por objetivo agir de modo direto na vida dos cidadãos.

---

<sup>10</sup> Nasceu em 13/02/1902 em Donnelson, Illinois, nos Estados Unidos, se formou em economia e filosofia na Universidade de Chicago onde lecionava sobre Ciências Políticas e faleceu em 18/12/1978.

<sup>11</sup> Nasceu em 15/08/1916 em Milwaukee, Wisconsin, nos Estados Unidos, se formou pela Universidade de Chicago e ganhador do Nobel de Economia em 1978 e faleceu em 09/02/2001.

<sup>12</sup> Nasceu em 21/03/1917, lecionou na Universidade Yale, nos Estados Unidos sobre Ciências Políticas e Economia. Faleceu em 30/01/2018.

<sup>13</sup> Nasceu 24/06/1917 em Toronto, Canadá e doutorado em Ciências Políticas pela Universidade de Harvard nos Estados Unidos, lecionou na Universidade da Califórnia de Ciências Políticas e faleceu em 19/07/2014.

## 2.2 O Início das políticas públicas no Brasil

Castro e Oliveira (2014), afirma, no seu estudo, que, apesar do período de 1930 a 1980 ser considerado como um período de desenvolvimento no Brasil, só foi a partir do ano 2000 que o país passou a realizar políticas públicas orientadas para o fomento do desenvolvimento.

Para Almeida (2007), o estudo sobre a área das políticas públicas no Brasil iniciou-se na mudança do autoritarismo para a democracia no final da década de 70 e no início da década de 80, e foi através da democratização que foi possível delinear uma agenda de pesquisas sobre os assuntos de políticas públicas, desenvolvidas por meio das atividades de pós-graduação, ganhando densidade acadêmica com os debates promovidos por associações científicas, em destaque, pelo Grupo de Trabalho de Políticas Públicas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). O autor ainda continua discorrendo sobre o início dos estudos no campo de políticas públicas até então pertenciam apenas aos espaços das agendas políticas, passando para a agenda dos pesquisadores sobre o assunto posteriormente. As políticas de assistência social, educação, saúde, enfrentamento da criminalidade e habitação.

De acordo com Souza (2006), os países recentemente democratizados e em desenvolvimento, principalmente os da América Latina, não conseguirão planejar e executar políticas públicas eficientes para uma maior inclusão social dos cidadãos. O Brasil é um país que ainda não conseguiu erradicar completamente a pobreza, apesar dos avanços com algumas políticas públicas bem-sucedidas, como o programa Bolsa Família, que gerou uma redução da pobreza e da desigualdade de renda. Entre 2001 e 2011, as transferências do governo federal, incluindo-se o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, contribuíram com entre 15% e 20% da redução observada da desigualdade de renda (IPEA, 2013). No entanto, ainda persiste uma parte da sociedade brasileira sem acesso as condições mínimas e necessárias para ter uma vida digna. Assim a necessidade de buscar, através das políticas públicas, uma solução de melhor redistribuição de renda entre os cidadãos brasileiros para solucionar e amenizar o problema da desigualdade de renda existente ainda se configura como principal entrave para o desenvolvimento do país e para a erradicação de seus índices nefastos de pobreza e pobreza extrema.

### 2.3 Políticas públicas e desenvolvimento

O desenvolvimento humano é o processo de expansão das liberdades dos cidadãos com relação às oportunidades para desfrutar de condições plenas de vida. Este processo de expansão das liberdades integra as ações sociais, econômicas e ambientais, sendo assim uma forma de garantir uma variedade de oportunidades para os cidadãos e um meio favorável para que cada um exerça seu melhor (IPEA, 2017).

As políticas públicas têm funcionado como atos de intervenção em problemas sociais através da ação do governo que busca a resolução de problemas como a desigualdade de renda, por meio da elaboração de planejamento (DIAS, 2007). Dessa maneira, o governo atua por meio das políticas públicas em situações em que a sociedade esteja em dificuldade com o intuito de estabelecer melhor qualidade de vida, saúde, educação e justiça social, como meios de atingir metas de desenvolvimento.

Castro e Oliveira (2014), dividem as políticas públicas em cinco dimensões: social, econômica, ambiental, territorial e político-institucional. A principal delas, a social, referindo-se a “um conjunto de políticas, programas e ações do Estado que se concretizam na garantia da oferta de bens e serviços, nas transferências de renda e na regulação de elementos do mercado” (CASTRO; OLIVEIRA; 2014 p. 23).

Nessa sequência sobre desenvolvimento, para Draibe (2007), uma condição para o desenvolvimento econômico é a indispensabilidade da realização de políticas sociais, onde temos que a política social é pensada no quadro mais amplo de relação entre Estado, desenvolvimento econômico e sistemas de proteção social. Neste sentido, as políticas sociais tem como propósito a proteção aos cidadãos em situação de dificuldade, que não tenham condição de vida digna, estejam em circunstâncias de pobreza, tendo o Estado papel de provedor de assistência, de modo a garantir a equidade entre os cidadãos.

Ainda em Draibe (2007), a dimensão das políticas sociais possibilita o desenvolvimento econômico e social. Ele ainda enfatiza as bases materiais da propagação social, destacando-se as grandezas dos sistemas de políticas sociais como promotores e facilitadores do crescimento econômico, simultaneamente ao desenvolvimento social. As políticas sociais têm o poder de viabilizar os propósitos de uma nação para conseguir entrar no caminho do desenvolvimento econômico, uma vez que é o seu objetivo transformar as pessoas de meros receptores passivos

de benefícios sociais em pessoas independentes, ativas, coprodutoras da sua própria proteção social.

Dias (2007), discorre que as políticas sociais são constituídas por planos, programas, ações e atividades nos quais são estabelecidos critérios, prioridades e objetivos gerais a serem alcançados num determinado período com participação popular e dos poderes legisladores e executores.

Nessa abordagem, para Dias (2007), o enfrentamento de problemas sociais como um dos meios para o fim da pobreza, é estabelecer os motivos da sua emergência e permanência. Uma das soluções para entender a pobreza é compreendê-la como estado de carência e de necessidade, e tratar dela através do estabelecimento de um padrão mínimo de subsistência. Assim, temos que quando o consumo está situado abaixo do mínimo essencial estabelecido é observada uma deficiência na renda e, então, cabe ao Estado dar apoio às pessoas no estado de pobreza. Além das políticas públicas, Dias (2007), aborda a economia solidária como o mecanismo possível para inclusão social, ou seja, como meio para reduzir a desigualdade social. Na sua percepção, as políticas sociais e a economia solidária funcionam como um dos meios para superar a pobreza através da formação de renda autônoma.

## **2.4 Agricultura familiar**

No Brasil, de acordo com a Lei nº 11.326/2006, o agricultor familiar é aquele que ocupa ou possui propriedade com área de até quatro módulos fiscais, sendo usada na produção predominantemente, e a mão de obra da própria família. Sendo esta produção de bens a base de sustentação da renda familiar (MDA, 2017).

De acordo com Roder e Silva (2013), às políticas públicas são implantadas para direcionar ações e recursos governamentais. Ele ainda afirma que o Pronaf é uma política pública para direcionar recursos para a agricultura familiar brasileira, com o objetivo de gerar rendas para as famílias da zona rural.

A partir de 2003, o Estado brasileiro deu mais ênfase para as políticas públicas destinadas ao meio rural, buscando o reconhecimento da legalidade das reivindicações históricas dos movimentos sociais e da importância da atuação e controle sociais nos processos de definição, realização e acompanhamento das políticas públicas (LOPES, 2008)

Houve, ainda, a criação de selos de qualidades para produtos orgânicos por meio do ministério da agricultura, em 1999. A Política Nacional de Assistência Técnica Extensão Rural (Ater), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Secretaria de Agricultura Familiar foi introduzida para assegurar o acesso ao serviço gratuito e promover o desenvolvimento rural sustentável baseado nos princípios da agroecologia, pelo decreto nº 4.739, em 2003 (LEÃO E VITAL, 2011).

Em 2006, foi promulgada a Lei nº 11.326, estabelecendo as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Esta Lei reconhece a agricultura familiar como sendo aquela que desenvolve atividades no meio rural, com mão de obra predominantemente familiar; parte significativa da renda familiar é proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural e não pode ser maior que quatro módulos rurais (BRASIL, 2006).

De acordo com o MDA, o Governo Federal praticava várias medidas para ampliar a participação econômica e a maior autonomia financeira dos trabalhadores rurais e o crédito rural era um recurso que tinha o intuito de contribuir para que os cidadãos construíssem e ampliassem a sua autonomia econômica (BRASIL, 2010). Daí que a importância das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar é promover a independência financeira dos agricultores rurais.

Segundo dados MDA (2017), a destinação de recursos para o Pronaf, em 1999/2000, era de 6,6 bilhões, valor este elevado, em 2016/2017, para de 22,7 bilhões. Esta crescente ampliação dos investimentos na economia brasileira em políticas sociais, aliada à atuação administradora (organizacional) do Estado, propicia a redução da desigualdade, que, por sua vez, promove a elevação da demanda interna, fomentando a economia e, devido a isso, gera, no país, um círculo virtuoso em que a justiça social favorece ao crescimento (CASTRO; OLIVEIRA, 2014).

Conforme dados do IBGE (2006), a agricultura familiar no Brasil é provedora de 87% da produção de mandioca, 70% da produção de Feijão, 59% do plantel de suínos, 50% do plantel de aves, 46% da produção milho e 30% do plantel de bovinos, dentre outras culturas (produtos) nacionais/regionais, importantes na alimentação diária da população brasileira.

Em Brasil (2018), temos que a atividade agrícola familiar é vista como fundamental na produção de alimentos, principalmente para o autoconsumo das famílias produtoras que além

contribuir na redução do êxodo rural, coopera consideravelmente na geração de capital do setor agropecuário brasileiro.

As políticas públicas da agricultura familiar para o desenvolvimento brasileiro têm ganhado destaque nos últimos anos, dado impulso para discussão a respeito do desenvolvimento sustentável, na criação de emprego e elevação da renda, segurança alimentar e desenvolvimento local, com o aumento dos números de agricultores beneficiados pelos Programas Reforma Agrária e o PRONAF (INCRA/FAO, 2000).

Das diversas políticas públicas criadas para a agricultura familiar, o destaque é o Pronaf, com várias linhas de crédito para o meio rural que abrangem diferentes modalidades como o financiamento para máquinas, veículos, equipamentos ou infraestrutura, e o financiamento à agricultura familiar menos capitalizada (INCRA/FAO, 2000). De acordo com o MDA (2017), o Pronaf tem o propósito de desenvolver o desenvolvimento sustentável na agricultura familiar e, por intermédio dele, agricultores familiares têm acesso ao financiamento de crédito. Para o plano agrícola 2017/2018, do Pronaf, foi disponibilizado 30 bilhões em crédito.

Além dessa política (Pronaf), merecem destaque a criação de outras políticas para agricultura familiar a partir de 2003 como o Programa de aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), O Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNAter) para agricultura familiar de base ecológica brasileira, por meio de decreto, visa os agricultores familiares e a melhoria da segurança alimentar e nutricional (LEÃO E VITAL, 2011).

Conforme o MDA (2017), a agricultura familiar representa 38% do valor total bruto da produção agropecuária e o setor responde por sete em cada dez postos de trabalho no campo. Segundo Bianchini (2015), em 2014, Produto Interno Bruto (PIB) da agropecuária, foi de R\$ 317 bilhões, onde, a agricultura familiar representa 37% do (PIB) da agropecuária, R\$ 117 bilhões.

### **3 PRONAF E REFORMA AGRÁRIA**

Os beneficiários do assentamento do qual trata esse estudo, foram contemplados com as duas políticas, isto é, primeiramente com a reforma agrária – que deu acesso à terra, em seguida com o Pronaf – que promoveu acesso ao crédito. O Pronaf é uma política pública que visa fortalecer a produção na agricultura familiar por meio de financiamento de crédito aos agricultores, para cultivar e ampliar a produção no campo. Desse modo, colaborando com a permanência do homem no meio rural, a redução do êxodo e a melhoria da renda. Já a reforma agrária é uma política de distribuição de terra, dando o acesso a quem não possui.

A importância dessas políticas é que atuando em conjunto para os agricultores, elas promovem o direito à terra, e em seguida com o crédito do Pronaf, geram condições de produzir na terra. Dessa maneira, essas políticas buscam assegurar acesso a moradia digna, soberania alimentar e independência financeira que contribuem para a diminuição da desigualdade.

#### **3.1 Pronaf**

O Pronaf destaca-se em um cenário da economia brasileira na agricultura familiar, como um instrumento de auxílio de geração de renda e também de assistência aos agricultores do campo como: Programa de aquisição de Alimentos (PAA), Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (MDA, 2017). Assim, proporcionando o desenvolvimento no meio rural. O Pronaf é uma política pública que tem por finalidade também o financiamento de projetos individuais e coletivos, que geram renda aos agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária (BRASIL, 2015).

A criação e implementação do Pronaf ocorreu em 1995, quando ainda era perceptível a grande escassez de crédito para a agricultura familiar, sendo essa um dos principais problemas dessas famílias. Embora tenha sido implementada no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso em 1995, apenas a partir de 2003, posteriormente na direção do Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, houve a ampliação de seu alcance para todo o território brasileiro, com orientações para um Brasil Fome Zero e uma vida digna no campo com segurança alimentar e inclusão social, com o fortalecimento da agricultura familiar (GUANZIROLI, 2007). Houve ainda a permanência de sua importância e atuação no Governo

da Presidente Dilma Rousseff quando o aumento dos recursos aplicados saltou de 2,3 bilhões em 2002/2003 para 23,9 bilhões em 2014/2015 (BIANCHINI, 2015).

O Pronaf, em 2017 completou 22 anos de existência, sendo a principal política pública de crédito para a agricultura familiar no Brasil, e durante esse período, as operações realizadas pelo programa atingiram R\$ 200 bilhões e esses recursos foram aplicados em cerca de 28, 5 milhões de contratos, (BRASIL, 2017).

Segundo Roder e Silva (2013), o PRONAF foi a primeira política pública que teve como objetivo direcionar recursos para a agricultura familiar no Brasil através do financiamento dos projetos individuais ou coletivos que proporcionem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Ele ainda enfatiza que os assentamentos rurais são consequência do emprego de ações das políticas públicas de reforma agrária que são vistas como estratégia para o desenvolvimento local.

A agricultura familiar no Brasil percorreu um longo caminho marcado por lutas sociais e hoje é uma atividade institucionalizada pelas políticas públicas de desenvolvimento rural. A organização em associações é importante para a agricultura familiar, sendo vista no Brasil como uma maneira de se criar meios e estrutura para o fortalecimento da agricultura familiar e, em razão disso, passando a ser um indutor de desenvolvimento (RODER e SILVA, 2013).

O Pronaf tem várias linhas de crédito para cada grupo específico, sendo elas: Pronaf Jovem, Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Mulher, Pronaf Agroindústria, Pronaf Floresta, Pronaf Custeio, Pronaf Produtivo Orientado (PPO), Pronaf Microcrédito Grupo A, Pronaf Agroecologia, Pronaf Custeio para Beneficiamento e Industrialização de Agroindústria Familiar, Pronaf ECO e Pronaf Semiárido. Vale salientar, que no Nordeste do Brasil, o Banco do Nordeste é o agente que aplica mais recurso para a agricultura familiar que desenvolve atividades agropecuárias e não agropecuárias que usa a mão de obra familiar (BNB, 2017).

### **3.2 Evolução do Pronaf**

A Tabela 1, mostra a evolução do Pronaf no Brasil em números de contratos e o montante total de recursos disponibilizados a partir de 1994/1995 a 2014/2015. O total de contratos neste período passou de 26 milhões, o montante de recurso em reais se aproxima dos R\$ 159 bilhões.

**Tabela 1- Uso do crédito do Pronaf em número de contratos e valor em reais(R\$) no Brasil**

<b>Ano</b>	<b>Nº de contratos</b>	<b>Valor em R\$</b>	<b>Variação anual do valor em (%)</b>
1994/1995	2.009	3.424.029	
1995/1996	184.033	307.430.190	8879
1996/1997	295.781	729.663.400	137
1997/1998	533.483	1.337.651.634	83
1998/1999	644.639	1.466.839.202	10
1999/2000	933.770	2.107.554.623	44
2000/2001	847.668	2.165.462.651	3
2001/2002	827.099	2.429.138.098	12
2002/2003	814.052	2.281.190.595	-6
2003/2004	1.091.850	3.451.554.166	51
2004/2005	1.710.028	4.640.191.208	34
2005/2006	2.546.517	6.380.792.369	38
2006/2007	2.326.178	7.121.459.846	12
2007/2008	1.713.962	8.124.447.999	14
2008/2009	1.552.844	10.358.543.233	27
2009/2010	1.752.988	12.592.915.933	22
2010/2011	1.598.920	13.325.911.401	6
2011/2012	1.591.191	15.267.188.474	15
2012/2013	2.141.262	18.634.696.592	22
2013/2014	1.903.524	22.283.480.628	20
2014/2015	1.899.060	23.963.018.715	8
<b>TOTAL</b>	<b>26.910.858</b>	<b>158.972.554.986</b>	<b>699.749</b>

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados: Brasil (MDA/INCRA), 2015.  
Dados atualizados até novembro de 2015.

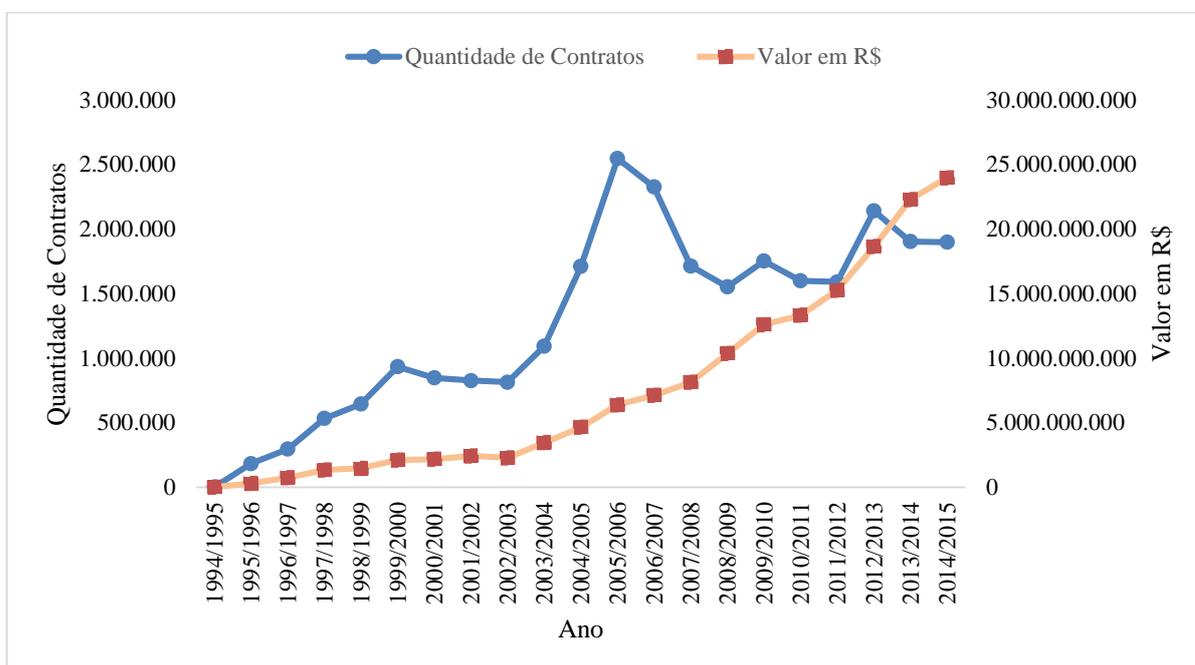
Pelo Gráfico 1, fica evidente um crescimento progressivo do montante em reais do programa. Porém, já nos números de contratos, não se verifica um crescimento progressivo ou uma constância, conforme tem aumentado a quantidade de crédito.

Percebe-se, a partir 2002/2003 uma ascensão do número de contratos chegando ao topo (máximo) em 2005/2006. Após esse período, observamos uma redução no número de contratos,

chegando em 2008/2009 ao nível mais baixo, dos anos de 2004/2005, embora o montante em valor do crédito não tenha sido reduzido, mantendo-se progressivo, portanto verifica-se uma concentração maior do crédito em menor números pessoas.

Pelo Gráfico 1, a progressão do crédito ao longo do tempo fica mais evidente. O valor do recurso disponibilizado é crescente, enquanto os números de contratos não são crescentes, chegando até a ser decrescentes em alguns períodos.

**Gráfico 1- Evolução do Pronaf em número de contratos e valor em reais (R\$) no Brasil**



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados: Brasil (MDA/INCRA), 2015. Dados atualizados até novembro de 2015.

Verifica-se na Tabela 2, os dados do Pronaf em Pernambuco, entre 1999/2000 e 2014/2015. O Pronaf cresceu 1.120%, nesse período, passando de R\$ 40.580.774,00 milhões para R\$ 494.913.862,00 milhões. Em relação a participação dos recursos destinado a Pernambuco do Pronaf em todos os períodos em relação ao Brasil –representa apenas 1,95%, isto é, R\$ 3.115.016.203 bilhões do total R\$ 158.972.554.986,00. No Nordeste, Pernambuco situar-se em quarto lugar no recebimento de recursos do Pronaf para o período de 1999/2000 e 2014/2015, sendo o Estado da Bahia em primeiro e Sergipe o último: 1º Bahia R\$ 5.687.966.242 bilhões; 2º Maranhão R\$ 3.511.409.281 bilhões; 3º Ceará R\$ 3.343.440.917 bilhões; 4º Pernambuco R\$ 3.115.016.203 bilhões; 5º Piauí R\$ 2.139.709.838 bilhões; 6º Rio

Grande do Norte 1.531.659.720 bilhão; 7º Paraíba R\$ 1.420.402.465 bilhão; 8º Alagoas R\$ 1.396.425.163 bilhão; 9º Sergipe R\$ 1.299.199.142 bilhão.

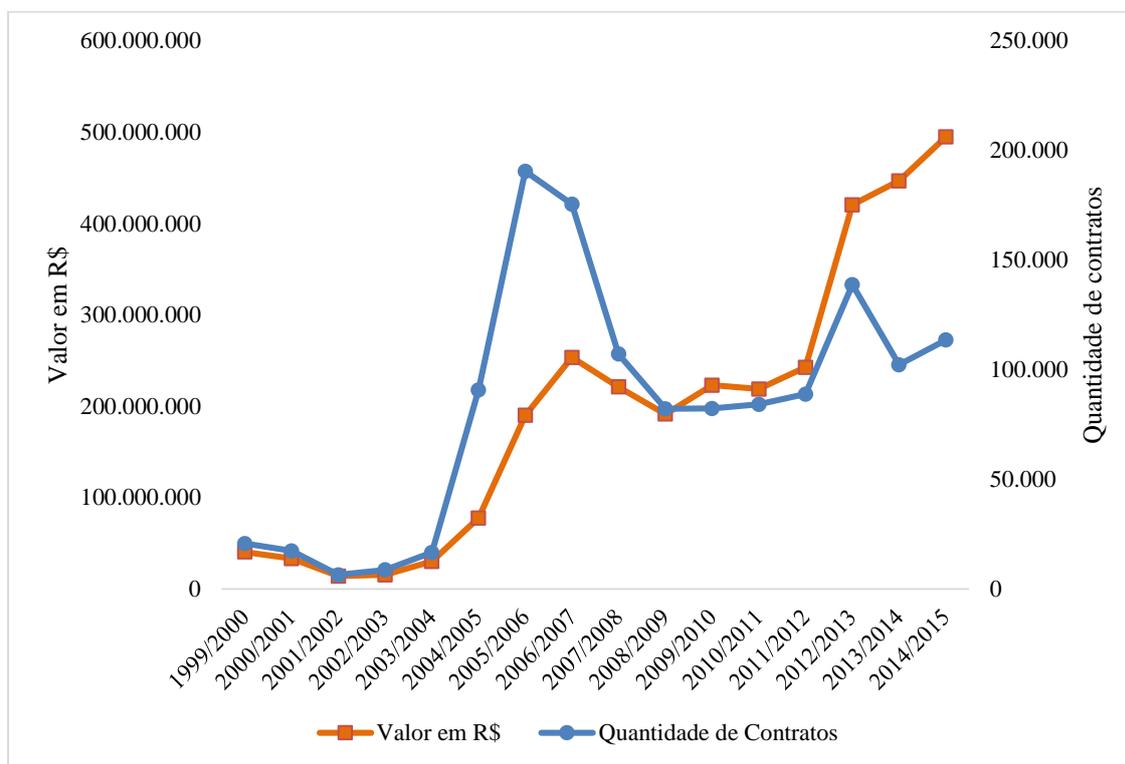
**Tabela 2- Uso do crédito do Pronaf em número de contratos e valor em reais(R\$) em Pernambuco**

<b>Ano</b>	<b>Números de contratos</b>	<b>Valor em R\$</b>	<b>Varição anual do valor(R\$) em (%)</b>
1999/2000	20.737	40.580.774	
2000/2001	17.372	33.435.181	-18
2001/2002	6.488	14.113.716	-58
2002/2003	8.753	15.460.655	10
2003/2004	16.665	30.265.811	96
2004/2005	90.796	77.825.633	157
2005/2006	190.509	190.045.595	144
2006/2007	175.555	253.574.516	33
2007/2008	107.155	221.211.314	-13
2008/2009	82.198	191.461.014	-13
2009/2010	82.324	223.163.270	17
2010/2011	84.256	218.907.779	-2
2011/2012	88.859	242.647.639	11
2012/2013	138.836	420.656.043	73
2013/2014	102.262	446.753.402	6
2014/2015	113.589	494.913.862	11
<b>TOTAL</b>	<b>1.326.354</b>	<b>3.115.016.203</b>	<b>1.120</b>

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados: Brasil (MDA/INCRA), 2015.  
Dados atualizados até novembro de 2015.

Nota-se, pelo Gráfico 2, um crescimento significativo na quantidade de contratos a partir de 2003/2004 até 2005/2006 e uma redução dos números de contratos de 2005/2006 até 2008/2009, chegando ao menor número de contratos para o período de 2004/2005.

**Gráfico 2- Evolução do Pronaf em número de contratos e valor em reais (R\$) em Pernambuco**



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados: Brasil (MDA/INCRA), 2015. Dados atualizados até novembro de 2015.

Explorando as informações da Tabela 3 sobre a disponibilidade de crédito nos municípios de Salgueiro-PE e Serra Talhada-PE para o período de 1999/2000 a 2014/2015, constata-se o crescimento do valor neste período, passando de 185.462 mil para 3.048.538 milhões e 438.465 mil para 3.231.969 milhões em Salgueiro e Serra Talhada respectivamente. Quando se compara o total de recursos destinados para Pernambuco no período 1999/2000 a 2014/2015, com o município de Salgueiro e Serra Talhada, representam 0,73% e 0,98% respectivamente. Assim verifica que Salgueiro tem menor recebimento dos recursos do Pronaf em relação a Serra Talhada para esse período, no qual, os recursos destinado para Pernambuco foram R\$ 3.115.016.203 bilhões e desse total, Serra Talhada recebeu 30.652.556 milhões e Salgueiro recebeu R\$ 22.660.815 milhões.

Pela Tabela 3, também se constata que a quantidade de contratos do Pronaf, em 1999/2000, foi de 116 para Salgueiro e 192 para Serra Talhada, já em 2014/2015 foi 603 e 1.105 em Salgueiro e Serra Talhada respectivamente, sendo o maior número de contratos realizados para salgueiro foi em 2006/2007, com 2.404 contratos e Serra Talhada em 2012/2013, com 2,009 contratos.

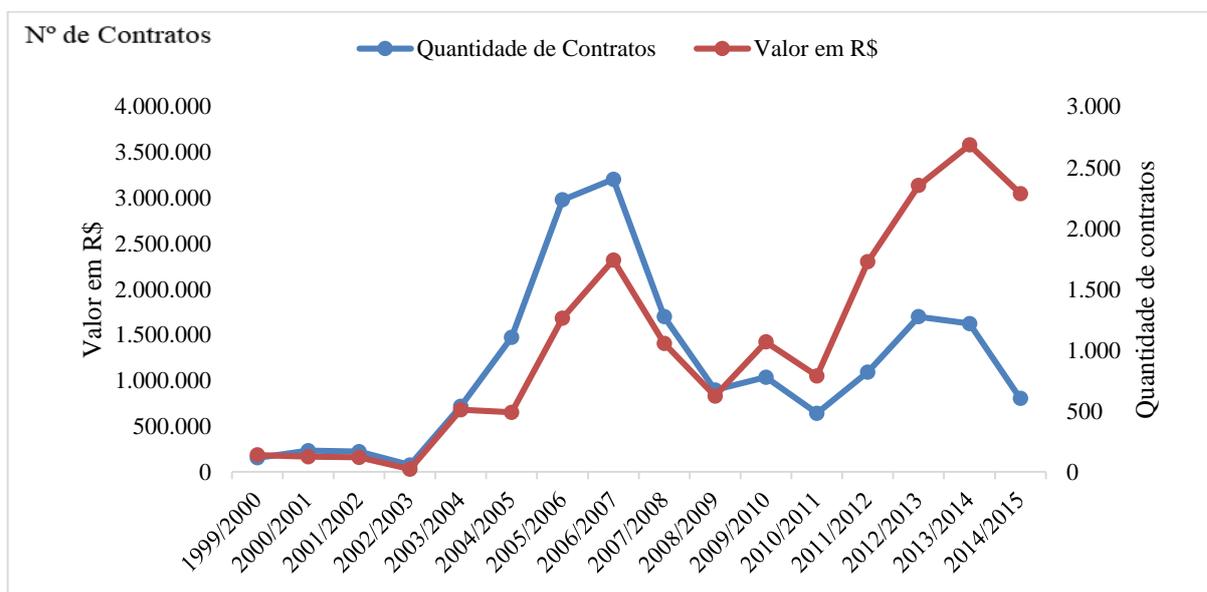
**Tabela 3- Uso do crédito do Pronaf em número de contratos e valor em reais em reais (R\$) nas cidades de Salgueiro-PE e Serra Talhada-PE**

Ano	Números de contratos		Valor em R\$		Variação anual em valor (R\$) (%)	
	Salgueiro	Serra Talhada	Salgueiro	Serra Talhada	Salgueiro	Serra Talhada
1999/2000	116	192	185.462	438.465		
2000/2001	174	484	166.638	984.878	-10	125
2001/2002	166	24	159.538	40.841	-4	-96
2002/2003	56	11	29.951	27.027	-81	-34
2003/2004	539	398	680.258	594.193	2.171	2.099
2004/2005	1.106	1.108	652.978	733.508	-4	23
2005/2006	2.235	1.327	1.683.885	1.044.140	158	42
2006/2007	2.404	1.798	2.320.269	2.172.551	38	108
2007/2008	1.275	1.440	1.407.833	2.130.081	-39	-2
2008/2009	673	1.032	830.510	2.470.627	-41	16
2009/2010	778	1.148	1.423.352	3.760.850	71	52
2010/2011	481	1.045	1.051.275	2.457.203	-26	-35
2011/2012	820	1.232	2.301.780	3.107.890	119	26
2012/2013	1.275	2.009	3.137.502	5.305.352	36	71
2013/2014	1.218	764	3.581.047	2.152.980	14	-59
2014/2015	603	1.105	3.048.538	3.231.969	-15	50
<b>TOTAL</b>	<b>13.919</b>	<b>15.117</b>	<b>22.660.815</b>	<b>30.652.556</b>	<b>1.544</b>	<b>637</b>

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados BRASIL (MDA/INCRA), 2015.  
Dados atualizados até novembro de 2015.

Mesmo com variações ao longo do período de 1999/2000 a 2014/2015, verifica-se um grande crescimento para Salgueiro, tanto no número de contratos quanto no número de recurso em valor, conforme o Gráfico 3. Percebe-se ainda que neste Gráfico 3, há um aumento dos recursos de 29.951 mil em 2002/2003 para 652.778 mil em 2003/2004, um crescimento de 2.171%, acompanhado também pelo aumento dos números de contratos, passando de 56 para 539 nos anos 2002/2003 e 2003/2004, respectivamente.

**Gráfico 3- Evolução do Pronaf em número de contratos e valor em reais (R\$) em Salgueiro-PE**



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados BRASIL (MDA/INCRA), 2015. Dados atualizados até novembro de 2015.

### 3.3 Reforma agrária

A reforma agrária é um conjunto de medidas que tem por objetivo promover uma distribuição mais equitativa da terra no Brasil para a população do campo, a fim de atender aos princípios da justiça social, desenvolvimento rural sustentável e o aumento da produtividade, estando regulamentada na Lei nº 4504/64 (BRASIL, 1964).

De acordo com a Lei nº 4504/64, na medida provisória de nº 2.183-56, de 2001, cabe ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), representar a União nos acordos, de convênios ou contratos e podendo delegar essa representação aos Estados, aos Distrito Federal e aos Municípios convênios (BRASIL, 2001).

O INCRA tem por finalidade a reforma agrária para promover a socialização ao acesso à terra mediante a criação e execução de assentamentos rurais, a fim de contribuir para o desenvolvimento sustentável no campo e a redução da pobreza (INCRA, 2017).

No estado de Pernambuco o órgão responsável pela política de reforma agrária em conjunto com o INCRA é o Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado Pernambuco (ITERPE) que tem por finalidade gerir os assentamentos públicos estaduais promovendo o financiamento para os agricultores que não possuem terra.

O ITERPE é um órgão que substituiu o antigo Fundo de Terra de Pernambuco (FUNTEPE) que tinha a finalidade de gerenciar a reforma agrária em Pernambuco. O ITERPE –criado em 27 de outubro de 2009, por meio da Lei nº 13.900, e regulamentado através do decreto nº 34.497, de 31 de dezembro de 2009, está vinculado à secretaria de agricultura e reforma agrária e tem como objetivo fomentar a reforma agrária no estado de Pernambuco, em parceria com INCRA (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2009).

A Tabela 4, apresenta os números de famílias assentadas pelo INCRA nas cinco regiões brasileiras: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. As famílias assentadas, até o ano de 1995, mais o período de 1996 a 2015, somavam no Norte, 551.895 mil, Nordeste 428.743 mil, Sudeste 63.613, Sul 53.638 e Centro-Oeste 209.023. Percebe-se que o Nordeste é a segunda região em número de famílias assentadas no Brasil, ficando atrás apenas da região Norte e sendo a região Sul a região com maior número de famílias assentadas.

**Tabela 4- Números de famílias assentadas pelo INCRA por regiões do Brasil**

<b>Ano</b>	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>	<b>Centro-Oeste</b>
Até 1995	33.466	36.205	4.611	9.299	28.175
1996	20.091	16.879	917	1.400	6.184
1997	40.263	14.261	1.714	3.159	7.472
1998	37.310	38.321	1.880	3.766	13.076
1999	31.557	27.535	7.665	6.330	16.932
2000	20.784	18.858	6.995	3.281	11.493
2001	17.047	31.859	3.277	3.674	16.444
2002	11.447	18.790	2.807	2.019	8.647
2003	16.142	14.401	1.805	1.050	4.276
2004	31.114	29.003	2.686	3.389	14.251
2005	55.980	39.157	6.579	2.848	18.230
2006	75.499	35.585	3.321	1.812	11.514
2007	22.823	20.125	3.506	1.592	15.096
2008	33.755	19.898	2.579	1.468	8.562
2009	25.722	17.601	3.272	1.158	6.502
2010	20.138	10.788	2.133	1.643	3.311
2011	10.655	6.894	1.321	1.193	2.180
2012	12.112	6.272	1.400	1.234	1.771
2013	12.513	9.104	2.375	1.257	5.110
2014	14.164	9.781	1.830	1.118	5.384
2015	9.313	7.426	940	948	4.413
<b>TOTAL</b>	<b>551.895</b>	<b>428.743</b>	<b>63.613</b>	<b>53.638</b>	<b>209.023</b>

Fonte: Elaborado pelo autor. BRASIL (MDA/INCRA), 2015.

A Tabela 5, exibe os números de famílias assentados pelo INCRA no Brasil, Nordeste, Pernambuco e Salgueiro. No período de 1995 a 2015 foram assentadas 222 (duzentos e vinte e dois) famílias na cidade de salgueiro, onde, a primeira família foi assentada no ano de 2002. Já em Pernambuco foram 47.778 mil famílias assentadas até o ano de 1995 mais o período de 1996 a 2015. No Nordeste são 428.743 mil e no Brasil 1.306.912.

Os números de famílias assentadas em Pernambuco com relação ao Nordeste representam 11,14% (47.778/428.743) e do Nordeste em relação ao Brasil é de 32, 81% (428.743/1.306.912).

**Tabela 5- Números de famílias assentadas pelo INCRA em Salgueiro, Pernambuco, Nordeste e Brasil**

<b>Ano</b>	<b>Salgueiro</b>	<b>Pernambuco</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Brasil</b>
Até 1995	-	2.287	36.205	111.756
1996	-	488	16.879	45.471
1997	-	256	14.261	66.869
1998	-	3.700	38.321	94.353
1999	-	4.080	27.535	90.019
2000	-	1.746	18.858	61.411
2001	-	1.520	31.859	72.301
2002	1	2.616	18.790	43.710
2003	44	1.652	14.401	37.674
2004	20	2.514	29.003	80.443
2005	87	5.406	39.157	122.794
2006	19	7.826	35.585	127.731
2007	7	3.032	20.125	63.142
2008	19	3.385	19.898	66.262
2009	15	2.137	17.601	54.255
2010	-	851	10.788	38.013
2011	-	632	6.894	22.243
2012	-	573	6.272	22.789
2013	1	1.003	9.104	30.359
2014	8	1.223	9.781	32.277
2015	1	851	7.426	23.040
<b>TOTAL</b>	<b>222</b>	<b>47.778</b>	<b>428.743</b>	<b>1.306.912</b>

Fonte: Elaborado pelo autor. BRASIL (MDA/INCRA), 2015.

Outra política pública do estado de Pernambuco que apoia a reforma agrária é o Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (ProRural) é um programa do governo de Pernambuco para fomentar a reforma agrária no estado, vinculado à Secretaria de

Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco (SARA), com propósito de estimular o desenvolvimento sustentável no meio rural pernambucano.

O ProRural tem parceria com o Banco Mundial (BIRD) e visa estimular o desenvolvimento sustentável por meio de investimentos destinados à infraestrutura rural e aos projetos produtivos no estado. Além disso, o ProRural fez parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) para a instalação de cisternas de placas de 16.00 litros nos assentamentos rurais do Estado de Pernambuco, assegurando, assim, o armazenamento da água na estação das chuvas para utilização no período de estiagem (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2017). O ProRural está presente em 180 municípios do Estado pernambucano, com o propósito de assessorar, capacitar, implementar projetos e realizar ações em parceria com sindicatos, cooperativas e associações (EMBRAPA, 2017).

A missão do ProRural é apoiar políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável, direcionada para o melhoramento da vida dos cidadãos nas comunidades rurais de Pernambuco. Os cidadãos beneficiados pelo ProRural compõem-se de produtores de famílias rurais, englobando, também, quilombolas, indígenas, jovens e mulheres (EMBRAPA, 2010). Dessa forma, melhorar a qualidade de vida de quem mora no campo.

No período de 2007 a 2010, o ProRural direcionou atividades dirigidas com finalidade de democratização da aplicação dos recursos, por intermédio de negociação com os movimentos sociais e organizações não governamentais. O financiamento de diversos projetos de desenvolvimento humano, de infraestrutura e produção, aplicando aproximadamente 62 milhões de reais, favoreceu 33.185 famílias. Aprovou também projetos no montante de R\$ 31 milhões com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), com o MDA e com MDS (EMBRAPA, 2010).

Entretanto, uma questão importante é a necessidade de avaliação das políticas públicas, para um melhor desempenho das ações dos governos, e, se as ações das políticas promover o bem-estar social. Dessa forma, se o uso dos recursos públicos são justificáveis para solucionar o problema. Para Paes-Sousa (2014) a “avaliação de políticas públicas surgem ora como necessidade do ciclo de planejamento e gestão, ora como fatores essenciais para legitimação de políticas (p.11)”. Em Paes-Sousa (2014) apud Lindert e Vicensini (2010), aborda que “os estudos de avaliação contratados ou realizados são decisivos para a construção da legitimidade do Programa Bolsa Família, que sofreu ataques de vários setores no início de sua implantação (p. 12)”.

## 4 METODOLOGIA

O desenvolvimento da pesquisa envolveu a avaliação das condições de vida dos agricultores antes e após as implantações das políticas públicas do Pronaf e Reforma Agrária, assim como analisou os efeitos e impactos ocasionados aos beneficiados, por meio da percepção desses indivíduos e de indicadores econômicos considerados relevantes.

A metodologia dessa pesquisa indica o caminho percorrido no estudo e aponta as vias que foram alcançadas no objetivo do trabalho. A pesquisa foi desenvolvida no assentamento rural na Comunidade Baixio Verde na cidade de Salgueiro. A comunidade fica distante, 17 km do centro de Salgueiro, no Estado de Pernambuco. Salgueiro está localizado no Sertão Central Pernambucano, distante 516 km da capital (Recife). Também localizada no cruzamento das BRs 232 e 116, onde dá acesso as BRs 101 e 316, assim a localização do município é considerada estratégica do ponto de vista logística.

O município de Salgueiro, fundado em 23 dezembro de 1835 com área de 1.686,81 km<sup>2</sup>. O clima da cidade é quente com chuvas de dezembro a março, é uma região de desenvolvimento do Estado de Pernambuco com o PIB per capita R\$ 12.445,06 em 2015, sendo as principais atividades econômicas a agricultura e comércio varejista. A população de Salgueiro no ano de 2010 é 56.629 mil habitantes, sendo o 525º município mais populoso do Brasil e o 30º do Estado de Pernambuco (IBGE, 2017). Quanto a comunidade Baixio Verde, a principal fonte de renda da comunidade do Baixio Verde é a agricultura.

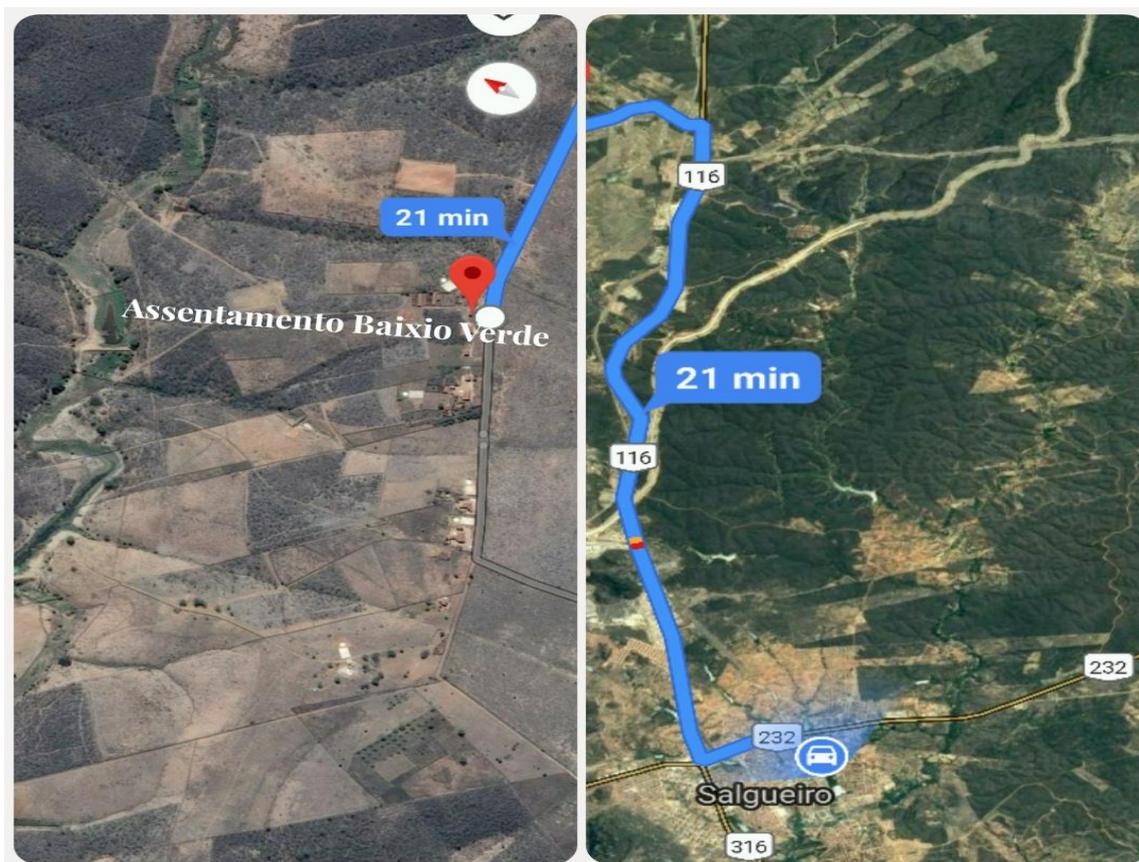
**Figura 1– Mapa de Pernambuco**



Fonte: IBGE

O tempo de percurso de carro do centro da cidade de Salgueiro para o assentamento é por volta de 21 minutos. O assentamento fica entre os municípios de Salgueiro e Penaforte-Ceará, onde, o trajeto é realizado pela BR 116, de 14 km, e outra estrada de terra, de 3 km.

**Figura 2- Roteiro entre a cidade de Salgueiro e o assentamento Baixio Verde**



Fonte: Elaboração própria. Google maps

O estudo analisou as famílias do Assentamento Rural da Comunidade Baixio Verde, os aspectos socioeconômicos das famílias. Assim, investigou as mudanças ocorridas a partir do ano de 2002, no qual se iniciaram as lutas para obter a terra, bem como as alterações provocadas no decorrer do tempo na vida dessas pessoas.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizado a coleta de dados secundários em livros e artigos, a qual foi realizada através de levantamento em fontes bibliográficas e documentais. Para verificar a desigualdade de renda utilizaram-se os dados do Atlas Brasil, que mede o IDHM dos municípios brasileiros, além dos dados do IBGE e IPEA. De acordo com Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica é realizada através de materiais já publicados, isto é, livros, revista e artigos.

Para a pesquisa documental, a utilização de documentos disponibilizados pelos órgãos locais, como prefeitura, sindicatos e associação da comunidade. Conforme Gil (2002), a pesquisa documental está voltada para a análise de documentos que não recebeu ainda um tratamento analítico, sendo que “nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos

de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc.” (GIL; 2002. p.46). Também, utilizou-se da base de dados do MDA/BACEN/INCRA, para verificar a disponibilidade de recurso liberado do Pronaf do período de 1995 a 2017.

A metodologia adotada para a realização da pesquisa na comunidade foi a qualitativa, isto é, um estudo de caso, compreendendo assim, os indivíduos na comunidade por meio de entrevistas e observações diretas no assentamento rural da comunidade Baixio Verde, no município de Salgueiro-PE, que são os beneficiários dos programas Reforma Agraria e Pronaf. Ainda, conforme Gil (2002, p.54), o estudo de caso é uma modalidade de pesquisa que se constitui num estudo sobre poucos objetos, que permita conhecimentos detalhados, deste modo, a relatar a conjuntura do contexto em que está sendo feita a determinada apuração.

Assim foi construído um questionário (apêndice A) com a formulação de perguntas abertas e fechadas quanto: a) perfil socioeconômico, ocupação dos assentados, renda e perfil educacional; b) condições de moradia antes de serem assentados; c) percepção sobre moradia atual dos agricultores quanto habitabilidade da casa, isto é, as condições dos espaços das casas dos assentados se é adequado para a família, segurança da casa/sítio, construção e estética da casa, infraestrutura e equipamentos do assentamento; d) comercialização dos produtos agrícolas; e) dimensão das culturas/criações dos assentados; f) dimensão da saúde alimentar agricultor; g) Pronaf –qual destinação do crédito; h) reforma agrária (terra); i) quais outras políticas públicas os assentados foram beneficiados.

Dessa forma, foi realizado uma análise socioeconômica sobre a vida dos beneficiários antes e após a implementação das políticas públicas na comunidade para constatar as mudanças ocorridas a partir da implantação das políticas e assim analisar sua eficiência e eficácia para os assentados, quanto a melhoria de bem-estar aos beneficiários da comunidade, assim uma avaliação das políticas, sob a visão ótica dos agricultores quanto as transformações ocorridas em suas vidas a partir das políticas implantadas na comunidade. A população envolvida na pesquisa é constituída pelos beneficiários dos programas de Reforma Agrária e Pronaf do assentamento Baixio Verde.

A pesquisa de campo foi realizada no mês de janeiro, fevereiro e maio de 2017 no assentamento da comunidade Baixio Verde, envolveu observações e conversas com agricultores nos meses de janeiro e fevereiro e em 26 de maio de 2017, aplicação do questionário e entrevistas semiestruturadas.

Conforme Almeida (2006), defende-se que é necessário construir avaliações consistentes dos processos de funcionalidades, eficácias e governanças das políticas públicas locais, e que, assim, há um meio capaz de avançar com este condutor de desenvolvimento social do Brasil. Então foi realizada a aplicação de um questionário socioeconômico na comunidade, com objetivo de avaliar a percepção das condições atuais das famílias na comunidade, assim, verificar as informações sobre a renda e as melhorias ocorridas na vida dos agricultores do assentamento, após a implantação dessas políticas públicas na localidade.

Desta forma, a pesquisa foi desenvolvida no assentamento com a aplicação de um questionário socioeconômico para as nove famílias do assentamento, aplicado ao membro responsável da família. Também a realização de nove entrevistas com um membro de cada uma das famílias do assentamento, com abordagem sobre as principais culturas cultivadas na localidade e quais as culturas mais relevantes que contribuem para a geração de renda dessas famílias. As entrevistas, os questionários, as visitas às famílias foram realizadas no período de abril, maio e junho de 2018.

Além do questionário aplicado, também foram apontadas observações feitas pelo pesquisador e a coleta de depoimentos espontâneos sobre as condições de vida dos cidadãos e as condições socioeconômicas antes de ser contemplados pelas políticas públicas da Reforma Agrária e do Pronaf. Ainda, foi realizado uma visita em 11/06/2018, ao IPA e ao ProRural na cidade de Salgueiro para esclarecer algumas dúvidas, quanto aos programas de apoio aos agricultores do assentamento rural do Baixio Verde.

## 5 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados e discussões sobre os dados obtidos a partir das entrevistas e questionários aplicados aos agricultores do assentamento rural da comunidade Baixio Verde.

A luta pelo assentamento rural da comunidade Baixio Verde teve início com a formação da entidade intitulada “Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Baixio Verde”, que a partir de dezembro de 2006, passaram a morar definitivamente na localidade. A população do assentamento é formada por 41 (quarenta e uma) pessoas, distribuídas em nove famílias. Esse fato corrobora com o estudo de Roder e Silva (2013), que aponta a organização em associações como viés importante para a agricultura familiar, sendo visto no Brasil como uma maneira de se criar meios e estrutura para o fortalecimento da agricultura familiar. Para Bergamasco e Delgado (2017), os movimentos sociais e organizações sociais representam uma função relevante na agricultura familiar, nas reivindicações da construção de pauta para a reforma agrária e políticas públicas em conjunto com a iniciativa do Estado, a academia e os movimentos sociais.

As terras do assentamento foram divididas para os nove agricultores, assim, formaram-se nove novos estabelecimentos agropecuários<sup>14</sup>, que realizam o manejo principalmente de feijão, milho, hortaliças, bovino, caprino, ovino, suíno e aves.

Essas nove propriedades dos agricultores, fazem parte das cerca de 4,4 milhões que existem no Brasil, conforme o Censo Agropecuário de 2006. Nessa pesquisa verificou-se que a agricultura familiar constitui a base econômica de cerca de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil pessoas, o que corresponde a 35% do PIB e representam 40% da população economicamente ativa nesses municípios que participam da economia brasileira. Esses agricultores de base familiar produzem 70% do feijão, 46% do milho, 60% da produção do leite, 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos (IBGE, 2006).

O assentamento rural da comunidade Baixio Verde possui uma área total de 182 hectares, no qual, 22 hectares são destinados a preservação da caatinga e o restante, 160 hectares, são explorados para o uso de moradia das nove famílias e atividades agropecuárias.

---

<sup>14</sup> Estabelecimento agropecuário são propriedades ou todo terreno de área contínua, independentemente do tamanho ou situação (urbano ou rural) formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se cultiva culturas permanente e temporária (IBGE, 1996).

Dada a importância da sustentabilidade no meio rural, a agricultura familiar é um caminho para o desenvolvimento sustentável necessário para que o setor tenha meios, condições e mecanismos de se desenvolver de forma sustentável.

### **5.1 Perfil socioeconômico**

Apresenta-se a seguir o perfil socioeconômico resultante da pesquisa de campo e entrevistas no assentamento da comunidade Baixio Verde, com os nove agricultores.

Os agricultores beneficiários do Pronaf são todos do gênero masculino<sup>15</sup>, com média de idade de 39,5 anos. O mais jovem tem 26 anos, e o mais velho 62 anos, sendo que seis dos agricultores beneficiários do programa são casados, e os demais-solteiros.

Todos os agricultores assentados nasceram em Salgueiro-PE e começaram a viver no assentamento a partir de dezembro de 2006, os meios de renda e ocupação das famílias são oriundos da agricultura (por contra própria ou diárias), este último refere-se aqueles trabalhos realizados em outras propriedades, eventualmente, quando surge a demanda nas comunidades vizinhas –o valor da diária é R\$ 35,00, em média.

Quanto à renda dos estabelecimentos agropecuários, isto é, a renda dos agricultores familiares no assentamento, temos que maior parte advém das atividades agrícolas, sete das famílias ganham até um salário mínimo e duas famílias ganham entre um a dois salários mínimos, ou seja, menos de 1/4 dos assentados conseguem garantir uma renda acima de um salário mínimo, os demais vivem abaixo disso. Na hipótese de que os agricultores ganham renda máxima, isto é, as sete famílias ganhem um salário mínimo e as outras duas ganhem dois salários mínimos, a renda per capita mensal da população total do assentamento fica em cerca de R\$ 255,95.

A renda per capita mensal do município de Salgueiro dos anos de 1991, 2000 e 2010, foi de cerca R\$ 212,05; 281,71 e 441,79 respectivamente. Assim, percebe-se que os agricultores que por hipótese ganharem sua renda máxima declarada na pesquisa, estarão abaixo do nível do ano 2000 da população do Município. No entanto, estarão acima do nível nacional de renda

---

<sup>15</sup> Na comunidade tem-se ainda costumes e tradição de uma cultura como homem representante da família para terminadas atividades.

per capita de pessoas considerada pobres, ou seja, renda mensal per capita inferior a R\$ 140,00, no ano 2010 (ATLAS BRASIL, 2013).

De acordo com o Atlas Brasil (2013), no ano de 2010, as pessoas ocupadas no município de Salgueiro, na faixa etária de 18 anos ou mais, 42,53% trabalhavam no setor de serviços, 0,13% na indústria extrativa, 3,62% na indústria de transformação, 12,68% no setor de construção, 1,02% nos setores de utilidade pública, 16,07% no comércio e 17,78% desempenhavam atividade no setor agropecuário. Dessa forma, é importante destacar, que cerca de 1/6 da população de Salgueiro se dedica atividade agropecuária. E estes nove assentados e suas famílias estão nessa categoria, pois não exercem outras atividades.

Averiguando o questionário identifica-se que as principais culturas cultivadas no assentamento são: caprinos, ovinos, bovinos, suínos, aves (galinhas), hortaliças, feijão e milho. Pela figura 1, percebe-se as culturas cultivadas na comunidade com maior destaque (citadas) pelos agricultores sendo a bovinocultura em maior destaque e em seguida caprinocultura, ovinocultura, suinocultura, hortaliças, milho e feijão, são as que aparecem em menor destaque.

**Figura 3- As principais culturas cultivadas no assentamento Baixo Verde**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Aplicativo WordClouds. Resultados da pesquisa.

Além das atividades agrícolas e as diárias desempenhadas pelos agricultores para conseguir renda, verifica-se que há famílias que recebem aposentadoria (22,22%) e Bolsa

Família (44,44%). Nota-se que os agricultores que recebem Bolsa Família, estão dentro das famílias que recebem até um salário mínimo e os agricultores que afirmaram a renda entre um e dois salários mínimos, são as que tem na família um aposentado. Interessante saber que a transferência de renda faz um diferencial na composição da renda familiar, aqueles que recebem Bolsa Família estão numa condição abaixo daquelas nas quais um membro recebe aposentadoria.

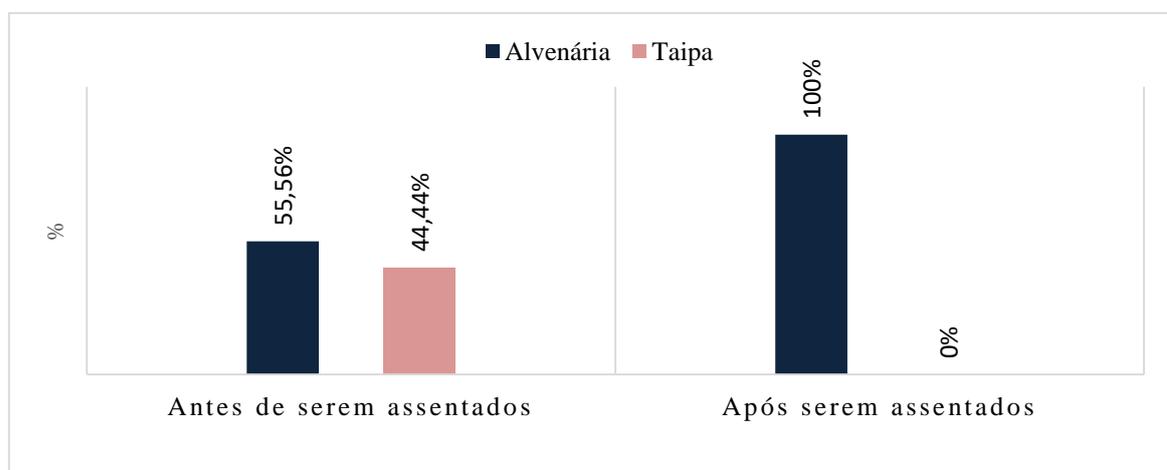
Os produtos agrícolas são comercializados principalmente na cidade de salgueiro na feira pública no dia de sábado, e na própria comunidade Baixio Verde, entre os agricultores da comunidade e outras pessoas de localidade vizinha. Os principais produtos comercializados na feira da cidade são as hortaliças, caprino, aves (galinhas) e ovino.

## **5.2 Condições de moradia antes e após assentamento**

Todos os agricultores antes de serem assentados moravam na própria comunidade Baixio Verde, onde se localiza as propriedades dos seus pais/avós. Em relação as condições de moradias, quanto ao principal tipo de material das residências das famílias antes de serem assentados, no qual, 88,89% das residências as paredes tinham reboco e 11,11% sem reboco.

Antes de serem assentados, todas as casas tinham energia elétrica e acesso a água do açude. Cerca 67,67% das famílias utilizavam fogão a lenha e 33,3% utilizavam dois tipos de fogão, a gás e a lenha. Os motivos de utilizarem o fogão a lenha, é que o botijão de gás tem o preço muito elevado e só utilizado em casos especiais.

Em relação a acesso provimento comunitário no entorno da comunidade, antes de serem assentados, existia apenas uma escola pública municipal da primeira à quarta série, e a rede de energia elétrica que atende a comunidade. As casas dos agricultores antes de serem assentados, 44,44% responderam que moravam em casa de taipa e 55,56% em casa alvenaria, conforme demonstra-se o Gráfico 4.

**Gráfico 4- Condições de moradias dos agricultores antes e após serem assentados**

Fonte: Elaborado pelo autor. Resultado da pesquisa

Como verifica-se no Gráfico 4, após os agricultores serem assentados, todas as famílias passaram a morar em casa de alvenaria. Em síntese, as evidências iniciais indicam melhoras de bem-estar a partir da mudança para o assentamento no quesito moradia.

Antes do assentamento, o acesso à água das famílias para toda as utilidades do dia a dia inclusive para o seu consumo, eram os açudes da comunidade. Também não possuíam cisternas para armazenar a água. Mas atualmente no assentamento, a maioria dos assentados possuem cisternas com capacidade para 16 mil litros de água –beneficiado pelo programa P1MC, para armazenar água em época chuvosa e quando falta água da chuva, são abastecidas por carro pipa, onde todos do assentamento tem acesso a água.

Antes de serem assentadas, 55,56% dos beneficiários moravam com companheira e filhos, e 44,44% com os pais. Atualmente dos assentados, 33,33% moram sozinhos e 66,67% moram com companheiros, das famílias que moram com companheiro, 83,33% tem filhos.

Quanto ao perfil educacional assentados os agricultores beneficiários do Pronaf, 44,44% possui ensino médio completo, 33,33% ensino fundamental I incompleto e 22,22% ensino fundamental I incompleto conforme o Gráfico 5.

A baixa escolaridade dos agricultores pode constituir como um entrave para o atendimento dos objetivos do Pronaf, pois o aumento do nível de renda, se dá a partir da melhoria da produção com uso racional dos recursos financeiro e da terra. Na visão de Schultz (1964 apud SARLES-FILHO, 2005), a importância de desenvolver a educação e o capital humano na agricultura para atingir o desenvolvimento da agricultura, é necessário a quebrar da

barreira do tradicionalismo produzir a partir novas tecnologias, dessa forma, é necessário conhecimento para produzir com eficiência (SARLES-FILHO, 2005).

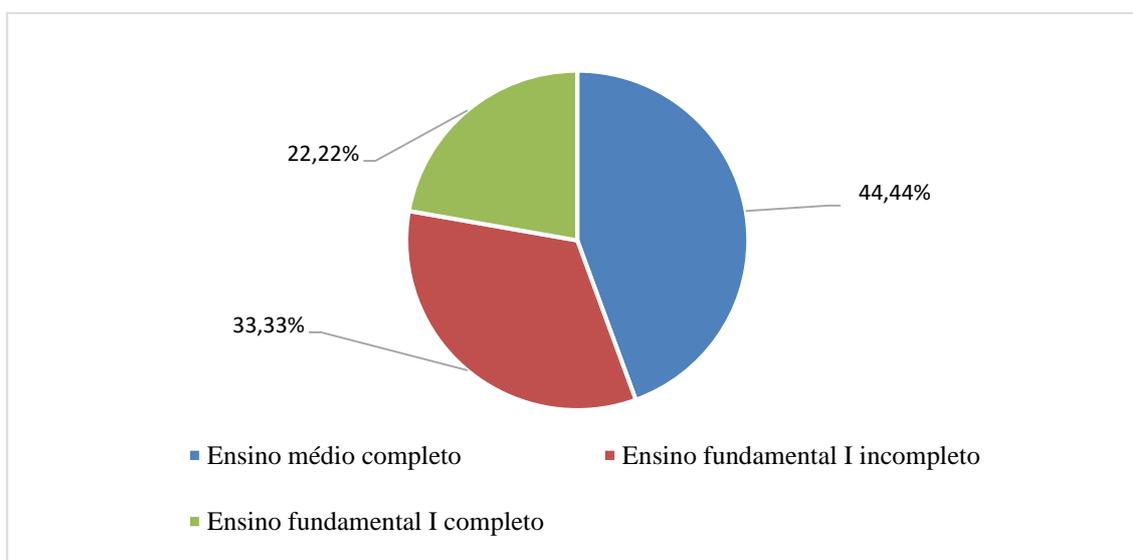
Dessa forma, devido à baixa escolaridade, mesmo o agricultor acessando o crédito do Pronaf, não é uma garantia que o agricultor conseguira aplicar os recursos de forma eficiente para ter retorno garantido. Assim, a necessidade das instituições como o IPA, ProRural, Sindicatos Rurais, Secretarias de Agricultura Municipal e Estadual, entre outros, para o acompanhamento frequente do agricultor.

De acordo com os agricultores, o acompanhamento dos órgãos foi intenso no período de mudanças para o assentamento com cursos e visitas na comunidade, sobre o manejo da terra para produzir e cultivos das culturas para se trabalhar na terra. Porém, atualmente o acompanhamento não ocorre na mesma frequência em comparação com o período da mudança.

Todavia no assentamento não foi constatado nenhum agricultor com inadimplência, alguns agricultores estão utilizando o crédito pela terceira vez, e é uma condição do programa (Pronaf) que o agricultor não seja devedor. O valor do Pronaf A é de até R\$ 25.000,00 por agricultor, sendo que esse valor pode chegar até R\$ 26.500,00 quando contemplar verba para assistência técnica. O juro de 0,5% ao ano por um prazo de 10 anos e até 3 anos de carências (BNB, 2016).

Conforme afirma Guanziroli (2007) em seu trabalho, os entraves para o crescimento do Pronaf é o setor bancário público, que resistem na liberação de recurso do crédito do Pronaf para ampliação dos clientes (agricultores rurais). E que uma parte desses entraves tem diminuído com a cooperação dos fundos de aval – organizações locais ter envolvido na busca de organizar procedimentos de garantia de crédito, bem como assessoria para os bancos em tarefas administrativas que ajudam na liberação de crédito, como: sindicatos que comprova que o demandante do crédito é um agricultor familiar, equipes de prefeituras e os agentes envolvidos com apoio e monitoramento.

Para a liberação do Crédito do Pronaf no assentamento rural da comunidade Baixo Verde, verifica-se diversos relatos na entrevista dos agricultores, que os órgãos como: IPA, ITERPE, prefeitura de Salgueiro e sindicato rural, auxiliam na documentação necessária para ter acesso ao crédito.

**Gráfico 5- Escolaridade dos agricultores beneficiários do Pronaf**

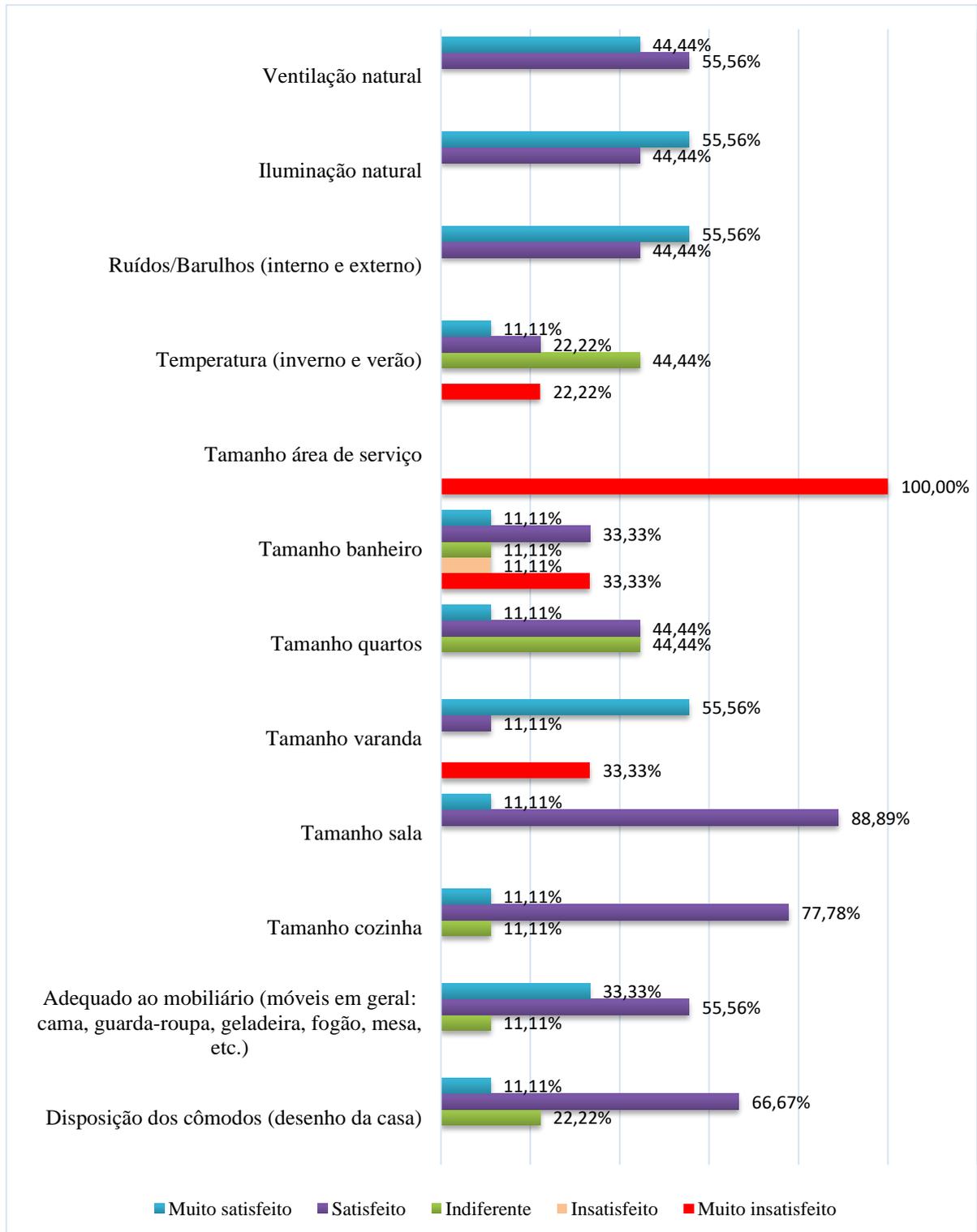
Fonte: Elaborado pelo autor. Resultado da pesquisa

Perceber-se pelo Gráfico 5, que maioria dos agricultores beneficiários não possui o ensino fundamental I completo e o ensino fundamental II completo.

### 5.3 Habitabilidade das casas

A percepção dos agricultores sobre as moradias na atualidade, no que diz respeito às habitabilidades das casas demonstra muita insatisfação, quanto ao tamanho da área de serviços (100%), pois não existe. Mas também há agricultores que encontram-se muito satisfeitos em relação ao tamanho da varanda (55,56%), tamanho da sala (89,89%), iluminação natural (55,56%) e avaliação positiva no que se refere-se ao não barulhos/ruídos das casas (55,56%), conforme mostra o Gráfico 6. A partir das observações realizadas e conversas com os agricultores, percebe-se que estão felizes com as casas e são consideradas boas para se viver com boa ventilação e aconchegantes, também, a tranquilidade na localidade sem violência, conforme verifica-se no Gráfico 7.

**Gráfico 6- Avaliação dos agricultores sobre habitabilidade das casas**



Fonte: Elaborado pelo autor. Resultado da pesquisa

Verificou-se que os assentados estão satisfeitos com a disposição dos cômodos (66,67%), da adequação ao mobiliário (55,56%), (móveis em geral) tamanho da cozinha (77,78%), tamanho da sala (88,89%).

A maioria dos agricultores, já realizaram modificações nas suas casas, para se adequar ao crescimento e conforto da família, isto é, a partir do crescimento da familiar com nascimento de novos filhos e de outras necessidades, dessa forma, ampliaram suas casas construindo ambientes como: quartos, apêndices e pequenos salões para guardar objetos de trabalhos.

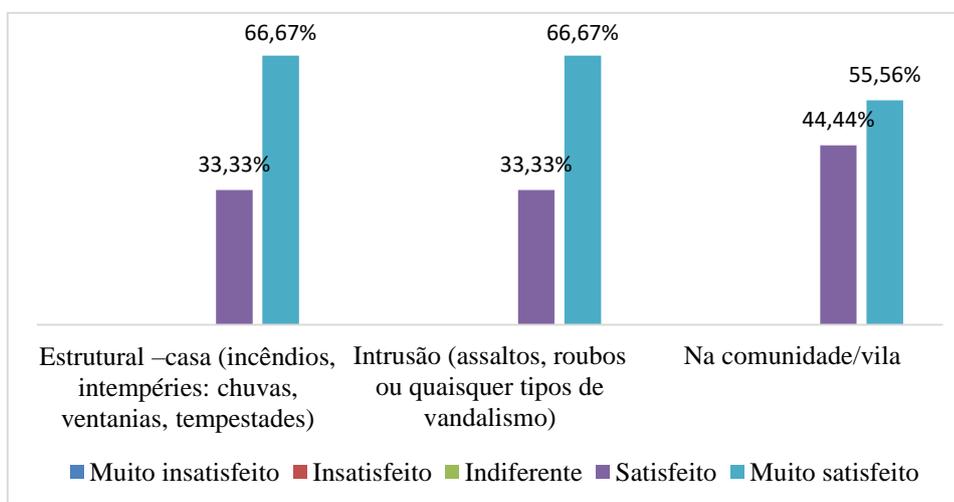
Esperava-se nesse ponto poucas críticas negativas, dado que os próprios construíram suas respectivas casas, a partir da elaboração de projeto das casas pelo FUNTEPE, com a disponibilidade do material. Sendo que, diferente de programas habitacionais urbanos como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Eles possuem espaço para que no futuro ampliem ou construam mais acomodações. Outro ponto a considerar, é que todos receberam terra e moradia além de crédito para produção e assistência técnica, logo, pode-se perceber que diferente dos mesmos programas habitacionais, o assentamento, ainda que com suas limitações e acessos a serviços e comércio, provê oportunidades de geração de renda familiar. Ainda que haja uma certa distância do centro de Salgueiro, essa pode ser ignorada dada pouca distância, cerca de 15 minutos em média, mas o é que preciso ser considerado aqui é que todos os assentados já viviam na localidade, logo a transição para suas próprias terras gera menos efeitos do que aqueles casos do PMCMV, que mudam para bairros mais e localidades mais distantes, inclusive dos antigos empregos/trabalhos e locais de comércio com preços mais acessíveis.

Por exemplo, as PMCMV construídas em Salgueiro, no residencial Santo Antônio, fica distante do centro da cidade, localizado na BR 116, ha 4 km do centro, sendo necessário a locomoção por meio de transporte (ônibus, van e moto taxi). Para as famílias assentadas no Baixo Verde, há também transporte realizados por ônibus e van, que passam na BR 116 para a cidade de Salgueiro, e vem do Estado do Ceará das cidades de Penaforte, Brejo Santo, entre outras, além disso, todas as famílias possuem meio de transporte próprio (moto ou carro) para seu deslocamento.

## 5.4 Segurança da casa e comunidade

O município de Salgueiro é servido de uma delegacia da polícia civil e Federal, corpo de bombeiro e batalhão da polícia militar no centro da cidade. É fato que as comunidades assentadas estão relativamente distantes do acesso a segurança pública (polícia ou guarda municipal) e bombeiros, que geralmente ficam nos centros urbanos dos municípios, logo, avaliar esse ponto é importante, pois a permanência na terra, moradia e trabalho pode ser afetada se o local apresentar problemas de violência ou condições climáticas que necessitem da intervenção de agentes públicos para realizar apoio. Portanto, a segurança das casas e da comunidade quanto a sua estrutura –casa (incêndios, intempéries: chuvas, ventanias, tempestades), intrusão (assaltos, roubos ou quaisquer tipos de vandalismo) e na comunidade/vila, não há nenhum dos agricultores que esteja muito insatisfeito, insatisfeito e indiferente. Os agricultores estão muito satisfeito e satisfeito, conforme o Gráfico 7.

**Gráfico 7- Segurança da casa/comunidade**



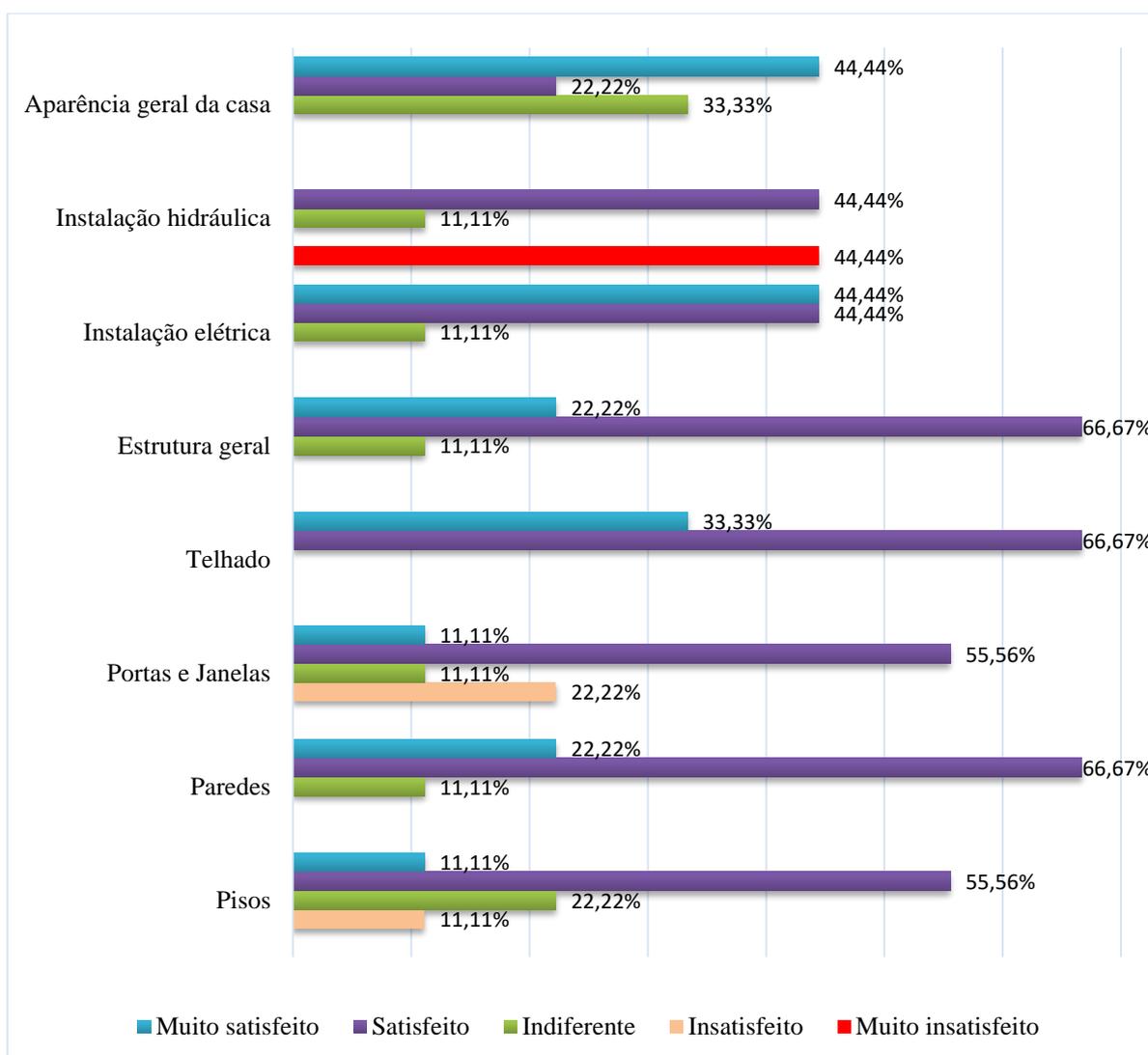
Fonte: Elaborado pelo autor. Resultado da pesquisa

Porém, já houve a necessidade de deslocamento dos agricultores a delegacia da polícia civil para solucionar um problema de vizinhança, que estava invadido suas terras, pois, de acordo os agricultores do assentamento, um vizinho estava fazendo cerca por dentro de seu território, que foi necessário a intervenção da polícia para solucionar o problema. Ademais, os agricultores sentem-se tranquilos para se viver no assentamento, não relatando nenhum problema a mais.

## 5.5 Construção estética das casas

Os agricultores sentem-se contentes quanto a construção estética das casas, o que se é esperado, devido as construções serem feitas pelos mesmos, porém, as moradias deveriam seguir o projeto padrão das casas fornecido FUNTEPE. Nos aspectos da construção da estética das casas dos agricultores, na maioria dos casos, eles estão satisfeitos, todavia ainda há insatisfação quanto ao pisos, portas/janelas e instalação hidráulica, conforme demonstra o Gráfico 8.

**Gráfico 8- Avaliação dos agricultores em relação construção estética da casa**



Fonte: Elaborado pelo autor. Resultado da pesquisa

Conforme visto no Gráfico 8, as famílias apresentam satisfeito em relação aos pisos (55,56%), paredes (66,67%), portas e janelas (55,56%), telhado (66,67%) e estrutura geral (66,67%).

Apesar das casas no assentamento terem instalações hidráulicas, elas não possuem fornecimento pela Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA). De acordo com os indicadores de habitação no município de Salgueiro, segundo Atlas Brasil (2013), no ano de 2010, os domicílios com água encanada representavam 87,62% e domicílios com energia elétrica 99,12%.

Verifica-se, que na comunidade Baixio Verde e no assentamento, a água consumida é armazenada nas cisternas na época de chuva, e quando esta se esgota, utiliza-se água transportada através de carro pipas, que é o Programa Operação Carro-Pipa para semiárido, do governo federal, todavia os agricultores relatam que a água não tem o tratamento adequado. Como por exemplo a cidade de Salgueiro, vistoriada pela (COMPESA). A água é transportada diretamente do Rio São Francisco para as cisternas, conforme relatos de agricultores da comunidade em geral do assentamento e do sitio Baixio Verde, onde, são informados pelo motorista dos carros pipas. Mesmo quando é armazenada nas cisternas por meio das chuvas, também não ocorre nenhum tipo de tratamento ou de fiscalização pelo município ou órgão do governo Federal e Estadual sobre a qualidade da água é adequada ao consumo humano.

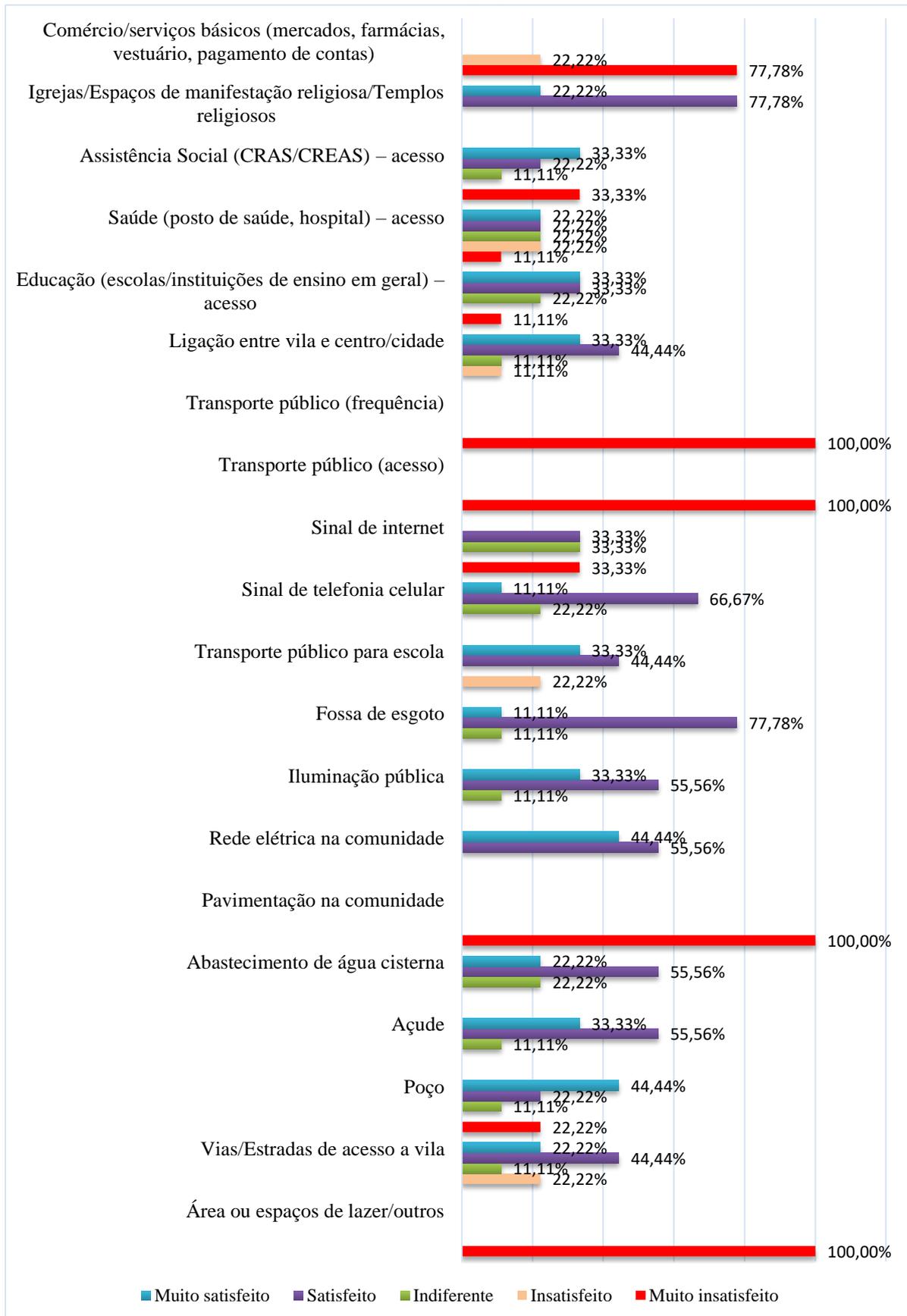
## **5.6 Infraestrutura e equipamentos dos assentamentos**

Quanto a infraestrutura e equipamentos do assentamento, percebe-se que os agricultores estão muito insatisfeitos com área ou espaço de lazer/outros (100%), pavimentação na comunidade (100%), transporte público (100%), comércio/serviços básicos (mercados, farmácias, vestuário, pagamentos de contas) (77,78%), conforme o Gráfico 9.

Apresentam-se agricultores muito satisfeitos, quanto as vias/estradas de acesso a vila (22,22), poço (44,44%), rede elétrica na comunidade (44,44%). Iluminação pública (33,33%), transporte público para escola (33,33%), demonstrado pelo Gráfico 9. Nota-se também no Gráfico 9, satisfação dos agricultores, em relação igreja/espços de manifestações religiosas/templos religiosos (77,78%), sinal de telefone celular (66,67%), fossa de esgoto

(77,78%), iluminação pública (55,56), rede elétrica na comunidade (55,56%), abastecimento de água cisterna (55,56%), açude (55,56%).

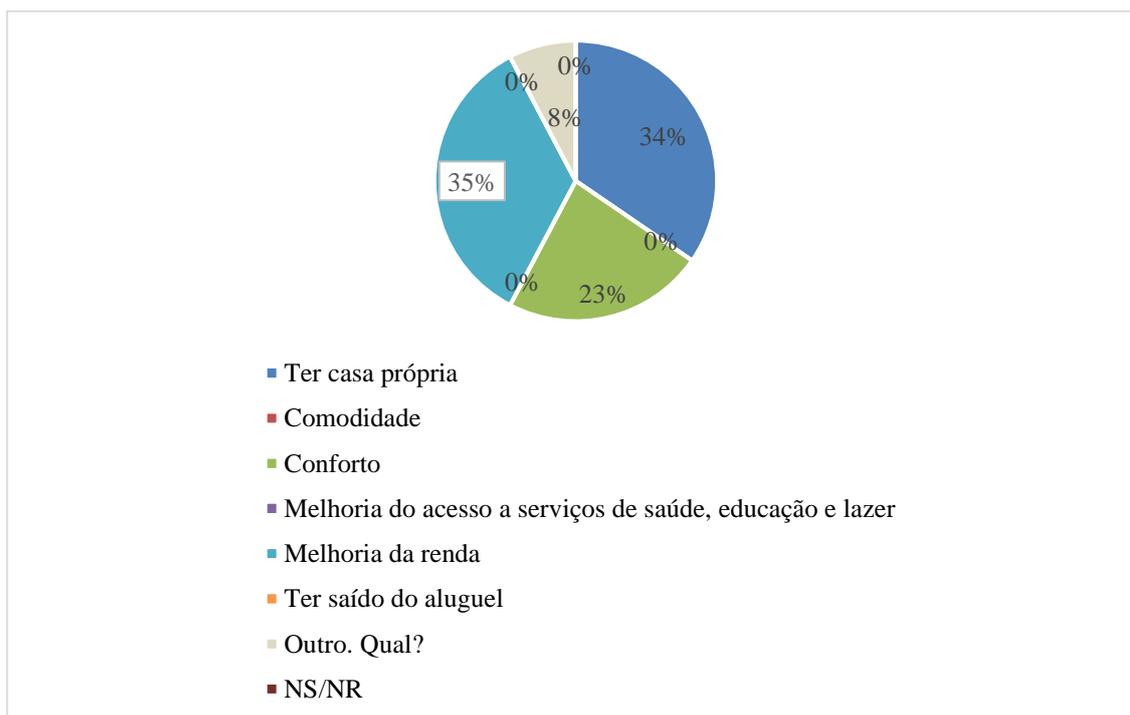
De acordo com técnico do IPA, o que pode dificultar a permanência do agricultor em um assentamento é a inviabilidade para viver, pois muitos dos projetos de assentamento não fornecem condições e estrutura mínima para se viver. Mas, no assentamento do Baixio verde, não há nenhum agricultor que abandonou o local, isso não quer dizer que local tenha infraestrutura adequada, pois não possuem coleta de lixo, água escanda pela COMPESA, área de lazer (quadra para a prática de esportes). Todavia, isso não inviabiliza de morar no assentamento, pois o assentamento é servido de energia elétrica, açude, poço e a construção de casa para os agricultores, conforme demonstrando na seção 4.5. Também há sinal telefônico em todas as casas e alguma casa é servida com acesso à internet, conforme Gráfico 9.

**Gráfico 9- Infraestrutura e equipamento dos assentados**

Fonte: Elaborado pelo autor. Resultado da pesquisa

Percebe-se, no Gráfico 10, pela avaliação dos agricultores quanto aos motivos que levaram a mudança para o assentamento, decorreram pela procura da casa própria (34%), melhoria da renda (35%), conforto (23%) e outros (8%) no qual os motivos foram a mudança para de ter mais acesso à terra.

**Gráfico 10- Motivos da mudança dos agricultores para o assentamento**



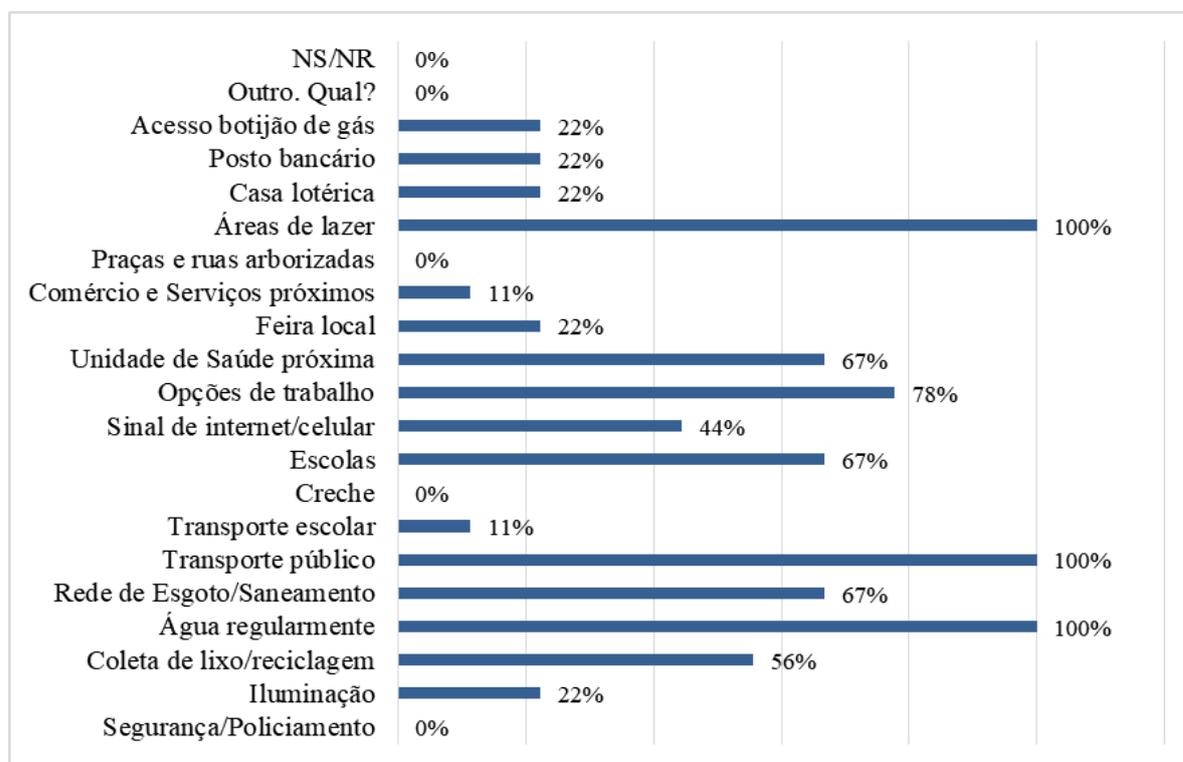
Fonte: Elaborado pelo autor. Resultado da pesquisa

No entanto, convém salientar de acordo com os agricultores, que ao optarem por motivos de mudanças, não seria devido à procura de melhoria de acesso a serviços de saúde, educação e lazer, conforme demonstrar no Gráfico 10. Isto, corrobora com o Gráfico 9, no qual, os agricultores estão muito insatisfeitos com o lazer no assentamento. Pois, não há nenhum tipo de lazer para as famílias, como praças ou quadra para praticar algum tipo de esporte.

Conforme o Gráfico 11, quando perguntado o que seria necessário para o melhoramento das condições vida no assentamento, todos os agricultores responderam área de lazer, transporte público e água regulamente. Quanto melhoramento no fornecimento de água, os problemas a partir seção 4.5, que água não é fornecida pela COMPESA, e neste Gráfico 11, há o desejo que melhore. Quanto ao lazer e transporte verifica-se insatisfação no Gráfico 9, e já no Gráfico 11, o desejo de melhorar.

Responderam também, sobre a necessidade de unidade de saúde próxima (67%), opções de trabalhos (78%), escola (78%), rede de esgoto/saneamento (67%), coleta de lixo/reciclagem (56%). Percebe-se que nenhum agricultor respondeu a necessidade de segurança/policiamento na localidade. Isto corrobora com o Gráfico 7, sobre a segurança no assentamento, onde estão muito satisfeito e satisfeito, quanto a segurança do assentamento. Para eles, o local é tranquilo, portanto não há motivos para policiamento.

**Gráfico 11- Meios para melhorar a vida no assentamento**



Fonte: Elaborado pelo autor. Resultado da pesquisa

Quando os agricultores são indagados sobre as principais dificuldades para a aquisição e a transferência para o assentamento, eles citam como problema a burocracia. Da mesma forma, quando perguntados sobre os motivos que levaram mudança para o assentamento, discorrem que a motivação foi a busca por melhoria na renda, ter a casa própria, acesso à terra e conforto.

Uma dificuldade encontrada por um agricultor nesse período da pesquisa, foi conseguir a disponibilidade de uma forrageira por três dias para fazer silagem (a trituração do capim para armazenar no período de seca), na prefeitura do município de Salgueiro.

## 5.7 Quanto a percepção dos agricultores com o Pronaf e reforma agrária

A seção a seguir apresenta a percepção dos agricultores quantos as políticas públicas do Pronaf e a reforma Agrária. Os relatos dos agricultores a partir da mudança para o assentamento, são de que a vida tem melhorado, principalmente com acesso à terra, que possibilitou o aumento da produção e renda das culturas como: criação de animais e o cultivo de feijão. Isso corrobora com Bianchini (2015), que discorre sobre as políticas públicas do Pronaf com orientações para um Brasil Fome Zero, como também sobre a vida digna no campo com segurança alimentar e inclusão social, atrelada ao fortalecimento da agricultura familiar.

Os agricultores pela primeira vez, utilizaram o crédito do programa, o Pronaf “A” que tem por finalidade atender os agricultores assentados da reforma agrária. O destino dos recursos do Pronaf, foram para a compra de bovinocultura e infraestrutura do assentamento. Já os agricultores que acessaram mais vezes, a partir do segundo auxílio, não sabem informar qual foi o seguimento do Pronaf que os auxiliou, apenas informam que aplicaram o apoio as diversas finalidades como: adquirir ração para os animais e compra de caprino/ovino, conforme o Quadro 1.

No assentamento, percebe-se pelos relatos dos Agricultores 1, 2, 6 e 7, apresentado no Quadro 1, que acessaram apenas uma vez o Pronaf. Que o destino no geral do crédito –por todos agricultores, foi principalmente na utilização da infraestrutura (cerca a terra) e também para adquirir animais e ração.

Os motivos que levaram a usar o crédito para infraestrutura da terra, foi que a propriedade não tinha cerca, sendo que os animais de outras propriedades vizinhas podiam invadir a propriedade, prejudicando as plantações das culturas, como também por investir e ter condições de criar estes animais. Para os agricultores sem o financiamento não tinham como realizar as obras de infraestrutura para cercar o terreno, conforme declarou o Agricultor 1 “o acesso ao Pronaf a gente pode investir em várias coisas tipo: para secar o terreno para poder produzir mais, como na criação de animal [...] sem o crédito não conseguiria porque seria muito gastos e na época não tinha condições de fazer toda a estrutura para criatório e cercar a terra” (RESULTADO DA PESQUISA, 2018). Pelo Quadro 1 abaixo verifica-se as vezes que os agricultores acessaram o crédito do Pronaf.

**Quadro 1- Síntese dos relatos dos agricultores sobre o Pronaf e a terra**

Agricultor da Pesquisa	Considerações dos agricultores sobre o acesso ao crédito do Pronaf e a terra				
	Quantidade de acesso ao Pronaf	1ª	2ª	3ª	Resultado
<b>Agricultor 1</b>	<b>1</b>	Utilizou para cercar o terreno, compra animais (bovino leiteiro e caprino)	-	-	Acesso ao Pronaf e a terra permitiu aumentar a produção das culturas.
<b>Agricultor 2</b>	<b>1</b>	Utilizou para cercar o terreno, compra animais (bovino e caprino)	-	-	Acesso ao Pronaf e a terra permitiu aumentar a produção das culturas.
<b>Agricultor 3</b>	<b>2</b>	Utilizou Pronaf para cercar a terra e a compra de animais (bovino leiteiro)	Pronaf para plantar capim e a compra de animais (caprino)	-	Acesso ao Pronaf e a terra permitiu aumentar a produção das culturas.
<b>Agricultor 4</b>	<b>2</b>	Utilizou Pronaf para cercar a terra e a compra de animais (bovino leiteiro)	Pronaf para plantar capim cercar a terra e a compra de animais (ovino e caprino)	-	Acesso ao Pronaf e a terra permitiu aumentar a produção das culturas.
<b>Agricultor 5</b>	<b>3</b>	Utilizou o Pronaf apenas uma vez para cercar o terreno e a compra de animais (bovino, caprino).	Pronaf para plantar capim cercar a terra e a compra de animais (caprino e ovino)	Utilizou o Pronaf para cercar o terreno e a compra de animais (caprino e ovino).	Acesso ao Pronaf e a terra permitiu aumentar a produção das culturas.
<b>Agricultor 6</b>	<b>1</b>	Utilizou o Pronaf para cercar o terreno e a compra de animais (bovino, caprino).	-	-	Acesso ao Pronaf e a terra permitiu aumentar a produção das culturas.
<b>Agricultor 7</b>	<b>1</b>	Utilizou o Pronaf para cercar o terreno e a compra de animais (bovino leiteiro, caprino).	-	-	Acesso ao Pronaf e a terra permitiu aumentar a produção das culturas.
<b>Agricultor 8</b>	<b>1</b>	Utilizou o Pronaf para cercar o terreno e a compra de animais (bovino e caprino).	-	-	Acesso ao Pronaf e a terra permitiu aumentar a produção das culturas.
<b>Agricultor 9</b>	<b>3</b>	Utilizou o Pronaf para cercar o terreno e a compra de animais (bovino leiteiro e ovino).	Utilizou o Pronaf para plantação de capim e a compra de animais (ovino).	Utilizou o Pronaf para cercar o terreno e a compra de animais (ovino).	Acesso ao Pronaf e a terra permitiu aumentar a produção das culturas.

Fonte: Elaborado pelo autor. Resultado da pesquisa

Verificando os resultados no geral, os agricultores por meio do acesso ao crédito e a terra tiveram a possibilidade de aumentar a produção, pois antes do assentamento, a terra era pequena para produzir, ficando restrito para implementar algumas culturas, não podendo plantar capim para os animais e não havendo espaço para criar os animais. Assim, impossibilitando de cultivar em maiores quantidades os vários tipos de culturas. Isso responde o objetivo de que foi possível constatar melhoria na produção, a partir do acesso à terra e o crédito.

Não se verificou nenhum relato de destinação de crédito do Pronaf para cultura do feijão e milho, que são algumas das culturas produzidas pelos agricultores no assentamento. Quanto ao acesso ao Pronaf, sobre os agricultores que acessaram apenas uma vez, o Agricultor 1, relatou a preocupação de não ficar inadimplente, ter sido o motivo principal para não fazer o novo financiamento e que está esperando finalizar o pagamento do antigo crédito para fazer o novo, “a gente está esperando finalizar o pagamento desse para acessar novamente, o crédito nos ajudou com a compra dos animais e cercar a nossa terra. Já o Agricultor 5 que acessou o crédito três vezes, destacou-se, que os motivos de buscar o financiamento são: “há o empréstimo é bom para nós comprar animais e fazer cerca, nós não tem condição de comprar sem o crédito do Pronaf”. O Agricultor 4 relatou-se da seguinte maneira: “é bom para nós, antes nós não tinha isso (crédito) agora nós tem para comprar animais” (RESULTADO DA PESQUISA, 2018).

Os agricultores também foram indagados quanto a perspectivas de vida na atualidade sem os benefícios das políticas públicas –a terra e o crédito, onde nenhum agricultor relator que tinha esperança de melhorar de vida. Dessa forma, relatou-se o Agricultor 1, “hoje sem a terra nós não poderia criar as quantidades de animais e nem ter conseguido fazer um monte de coisas sem o crédito, pois, anteriormente o terreno era para o monte de filho, não tinha como criar animais, essa coisa não a terra era pequena” (RESULTADO DA PESQUISA, 2018). Para o Agricultor 2, que “hoje sem a terra estava ruim, que nós não tinha condições de plantar, criar muita coisa onde moramos antigamente[...] há estaria bem difícil para nós sem a terra” (RESULTADO DA PESQUISA, 2018).

Deste modo, de acordo com os resultados da pesquisa, observa-se uma melhora na satisfação/bem-estar dos agricultores com acesso do crédito e a terra. Isso corrobora com o Brasil (2010), as medidas de ações de políticas públicas, para ampliar a participação econômica e maior autonomia financeira dos trabalhadores rurais por meio do crédito rural.

Pode constatar a relevância das políticas da reforma agrária e Pronaf atuarem em conjunto para esses agricultores, pois, só uma das políticas não seria tão eficaz é proporcionar melhoras nos meios de produção, onde para ter acesso ao crédito do Pronaf é necessário ter a

terra para produzir. As duas políticas em conjuntos com participação de outros órgãos (ProRural, prefeitura, IPA e ITERPE) no assessoramento de novas técnicas na produção dos agricultores, ajudaram na melhora sua renda.

### **5.8 Capacitação dos agricultores**

De acordo com os resultados da pesquisa de campo, os agricultores citam que receberam diversos cursos, oferecidos pelo ProRural, IPA, prefeitura municipal de Salgueiro e também assistência pelo sindicato rural do município. As formas adequadas para os manejos da culturas e criações no assentamento, onde a parceria entres os órgãos e os agricultores possibilitou o conhecimento de novas técnicas de produção, como: uso de adubos naturais, tipos plantas mais resistentes a Caatinga para alimentação dos animais. Para o técnico do IPA, os agricultores do assentamento Baixo Verde são muitos esforçados, isto é, trabalhador. Porém essa capacitação foi realizada no período de mudanças para o assentamento, não continuando o acompanhamento ao longo do período dos 11 anos que viver no assentamento.

Dessa forma, foi possível a partir da capacitação, os agricultores adquirem novos conhecimentos, porém o baixo nível de escolaridade de alguns deles, pode representar um empecilho, conforme demonstrado no Gráfico 5. Assim, seria necessário o acompanhamento mais de perto, para verificar se realmente os agricultores estão absorvendo o conteúdo e praticando os conhecimentos.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho, foi desenvolvido com base nas explorações de políticas públicas do Pronaf e reforma agrária, com objetivo de avaliar efeitos das ações de políticas no assentamento rural da comunidade Baixio Verde, de nove famílias. Desse modo, foram averiguados os impactos produzidos na vida dos agricultores, em especial, a melhoria de condições sociais e econômicas gerada a essas famílias. Participaram da pesquisa nove agricultores, sendo um de cada família assentada, que acessou o crédito do Pronaf.

A partir da análise do resultado da pesquisa, é possível constatar-se ganhos sociais e econômicos das famílias beneficiadas pelas políticas públicas. Constatou-se também, que ocorreu melhora quanto a moradia, pois a maioria dos agricultores moravam em casa de taipa, e após serem assentados, passaram a morar em casa de alvenaria.

A melhoria na alimentação ocasionado pelo acesso à terra e crédito, onde se deu condições de melhoria para produzir seus alimentos: feijão, milho, hortaliças e as criações de animais para o sustento e geração de renda e trabalho. A renda das famílias é composta a partir da produção das culturas cultivadas no próprio assentamento, diárias de trabalho, aposentadoria e Bolsa Família.

A pesquisa demonstrou que o destino do crédito do Pronaf foi utilizado principalmente na melhoria da infraestrutura produtiva do assentamento para o manejo pecuário: bovino leiteiro, caprino, ovinos e ração animal.

O Pronaf destaca-se em um cenário da economia brasileira na agricultura familiar, como um instrumento de auxílio de geração de renda e também de assistência aos agricultores do campo, dessa maneira, promovendo o desenvolvimento no meio rural e com o apoio de financiamento da produção por meio do crédito de modo a propiciar o aumento da capacidade produtiva do agricultor, e que isso gera consequências, isto é, impactos positivos na melhoria de renda e conseqüentemente a reduzir a desigualdade.

As ações das políticas públicas destinadas as famílias assentadas da comunidade, podem ser consideradas como positivas, pois há indícios de melhoramento de vida dos agricultores, ocasionados a partir das políticas do Pronaf e reforma agrária, no qual, foi possível a elevação de seu bem-estar, por meio da elevação da produção onde ocasionou a melhoria na alimentação e renda e acesso a moradia, assim, a inclusão social através do acesso à terra e ao crédito.

Assim, é interessante ressaltar que as modificações ocorridas na vida dos agricultores só foram possíveis a partir das políticas públicas de conceder por meio da reforma agrária, a terra e o crédito pelo Pronaf. Antes do assentamento, o acesso a crédito não era possível, devido a eles não possuírem a terra, sendo a que eles usavam pertenciam aos seus pais/avós e eram pequenas, pois uma condição para acessar o crédito do Pronaf, é ter a terra para produzir.

As políticas públicas que beneficiaram os agricultores da comunidade do Baixio Verde, foram relevantes, uma vez que, possibilitaram o acesso à terra por meio de política agrária, o financiamento de crédito através do Pronaf dando condições de ampliar e produzir as culturas na terra. Como também a assessoria e assistência técnica por meio dos órgãos como ProRural, IPA e prefeitura de Salgueiro, que proporcionaram aos agricultores meios para ampliar sua produção e sua renda, adquirindo novos conhecimentos de como produzir com mais eficiência e aprendendo técnicas de produção.

De acordo com os dados apresentados mostra-se uma melhoria na vida dos agricultores com o acesso a estas políticas, uma vez que, antes eles não tinham acesso à terra para cultivar e conseqüentemente, não tendo direito ao crédito para financiar a produção e informação e técnicas de como melhorar sua produção.

Verifica-se, assim, a importância dessas duas políticas públicas (reforma agrária e Pronaf) atuarem em conjunto com esses agricultores, pois, apenas uma destas políticas não traria um resultado tão favorável, e não proporcionaria melhoras nos meios de produção, quando para se ter acesso ao crédito do Pronaf, é necessário ter a terra para produzir. As duas políticas em conjunto com participação de outros órgãos (ProRural, Prefeitura de Salgueiro, IPA e ITERPE) no assessoramento de novas técnicas na produção dos agricultores auxiliaram a melhorar a renda destes.

Este trabalho visou também, compreender que, para que estas políticas públicas funcionem, é essencial um planejamento eficiente e eficaz dos recursos públicos. Considerando os resultados obtidos pelo estudo de caso com o questionário e entrevista sobre as políticas públicas do Pronaf e Reforma Agrária no assentamento –, confirmou-se a efetividade de que as ações das políticas, em âmbito local, atuam como um atenuante para a redução da desigualdade e inclusão social. Que as políticas (acesso ao crédito e a terra) é de grande importância as famílias pobres da zona rural.

Apesar das avaliações positivas citada pelos agricultores, verificar-se também citações negativa dos agricultores quanto a dificuldade em acessar o crédito, pois, para eles a

documentação para acessar o financiamento é muito burocrática, não podendo haver erros nestes, e isto pode estar associado ao baixo nível de escolaridade.

Ademais, pode-se concluir que, a políticas públicas adotadas para o assentamento da comunidade Baixio Verde, de modo geral, firmam o cumprimento de seus objetivos, que é a melhoria da renda por meio do aumento da produção das culturas e na inclusão social com acesso ao crédito e a terra para os agricultores.

Portanto, a partir deste estudo, reflete-se as oportunidades abertas pelas políticas públicas do Pronaf e reforma agrária a proporcionam o acesso a uma vida mais digna aos agricultores, melhorando a condição socioeconômica. Pois, as desigualdades permeiam a sociedade brasileira e causam a exclusão das pessoas ao essencial. As políticas públicas são os meios compensatórios para reduzir tal desigualdade.

Uma recomendação para um melhor desempenho de ações de políticas públicas no Brasil, é participação do meio acadêmico nos órgãos do governo, isto seria benéfico para o discente entender e analisar o destino dos recursos públicos e realizar estudos sobre sua eficácia. Essa ideia está associada ao modelo societal<sup>16</sup>, que visa a participação da sociedade dentro do governo. Discutir o que é república e as forma como o Estado democrático de direito deve comporta, permitiria uma maior participação da sociedade, em especial das universidades nos órgãos governamentais, isso pode favorecer um melhor gerenciamento dos recursos. Havendo um processo de troca de conhecimentos, do meio acadêmico com o Estado, para a construção de conhecimento sobre processos administrativos e elaboração de estudo sobre a efetividade dos programas que usam recursos públicos.

O que poderia ser realizado para melhorar a vida dos agricultores, tanto do assentamento, quanto da comunidade em geral do Baixio Verde. É uma maior frequência de ações de assistência técnica e extensão rural, para que os mesmo não dependam de transferências de renda de uma parte significativa da sua renda e sobrevivência. Além disso, são necessárias mais ações que possibilitem aos agricultores um maior acesso a projetos e programas de educação, visto o baixo nível de escolaridade dos beneficiários. Principalmente daquelas instituições que já fomentam ações assim, como órgãos municipais, estaduais e federais, possibilitando um melhor planejamento e aplicação dos recursos disponíveis desses assentados, como a terra, o crédito, animais, etc. Também é necessário possibilitar programas

---

<sup>16</sup> Este modelo surgiu nos anos de 1960, a partir mobilização dos movimentos sociais pelas reformas no país e teve seu fortalecimento nos Governos Lula e Dilma, que é a participação da sociedade dentro dos nível de Governo (Federal, Estadual Municipal).

ou linhas de crédito que facilitam a compra de equipamentos e máquinas que possam ser utilizados de forma compartilhada pelos agricultores, para beneficiar e potencializar sua produção. Como por exemplo: forrageira para trituração de alimento na época de chuva e armazenamento para utilização na seca e um trator. Isto possibilitaria aos agricultores, melhorias no cultivo e propiciaria a criação de mais animais, assim elevando sua renda.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Luiz et al. **Políticas públicas, redes de segurança alimentar e agricultura familiar**: elementos para construção de indicadores de eficácia. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, vol. 14, out. 2006, p. 205-235.

ALMEIDA, Maria H. Prefácio. In. Hochman, Gilberto (org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>. Acessado em 16/03/2018.

ATLAS BRASIL. **Desenvolvimento humano nas macrorregiões brasileiras**. Brasília: PNUD, IPEA, FJP. 2016, p. 55. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6217/1/Desenvolvimento%20humano%20nas%20macrorregi%C3%B5es%20brasileiras.pdf>. Acessado em: 16/03/2018.

BIANCHINI, Valter. **Vinte Anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015. p. 113. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PRONAF\\_20\\_ANOS\\_VALTE\\_R\\_BIANCHINI.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PRONAF_20_ANOS_VALTE_R_BIANCHINI.pdf). Acessado em: 17/03/2018.

BNB- Banco do Nordeste do Brasil, 2017. Disponível em: [https://www.bnb.gov.br/documents/165130/228956/tabela\\_grupos\\_Pronaf-Dez\\_17.pdf/61539295-fc15-8211-4479-bba9e61a54a7](https://www.bnb.gov.br/documents/165130/228956/tabela_grupos_Pronaf-Dez_17.pdf/61539295-fc15-8211-4479-bba9e61a54a7). Acessando em 16/03/2018.

BRASIL. **Lei nº. 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as Diretrizes Para a Formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm). Acessado em: 15/02/2018.

BRASIL. **Lei nº. 4504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm). Acesso em: 19/02/2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. Brasília, 2010. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/cartilha\\_cr%C3%A9dito\\_para\\_trabalhadoras.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/cartilha_cr%C3%A9dito_para_trabalhadoras.pdf). Acessando em: 12/02/2018.

BRASIL, Ministério Desenvolvimento Agrário-MDA. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/radio-mda/pronaf-completa-22-anos>. Acessado em: 14/02/2018.

BRASIL. Ministério Desenvolvimento Agrário-MDA. Brasília, 2015. Relatórios para Brasil e Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/acompanhe-a%C3%A7%C3%B5es-do-mda-e-incra>. Acessado em 29/05/2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social-MDS. **Catálogo de produtos ofertados pela agricultura família**. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2018, p. 136. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca\\_alimentar/Simposio\\_PAA/SIMPOSI\\_O\\_NACIONAL/Catalogo\\_Produtos\\_Agricultura\\_Familiar.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/Simposio_PAA/SIMPOSI_O_NACIONAL/Catalogo_Produtos_Agricultura_Familiar.pdf). Acessado em: 30/04/2018.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/MPV/2183-56.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2183-56.htm#art2). Acessado em 30/06/2018.

BRASIL. **Portal Brasil do Ministério do Desenvolvimento Agrário**. 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/08/entenda-o-programa-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>. Acessado em: 10/02/2018.

CASTRO, J. OLIVEIRA, M. Políticas Públicas e Desenvolvimento. In: MADEIRA, L. (Orgs.). **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre: UFRGS, 2014. p. 20-48.

DELGADO, Guilherme Costa. BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.) Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 1-30. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/agricultura/agricultura-familiar-brasileira-desafios-e-perspectivas-do-futuro>. Acessado em: 20/07/2018.

DIAS, Thiago Ferreira. **Políticas Sociais e Economia Solidária: caminho para superação da pobreza e geração de renda emancipada**. 2007.

DRAIBE, Sonia M. Estado de Bem-estar, Desenvolvimento Econômico e Cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In. Hochman, Gilberto (org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

IBGE. 2017. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/salgueiro/historico>.

IBGE. Mapas. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br>. Acessado em: 01/07/2018.

EBRAPA. **Desafios Para o Desenvolvimento Territorial**. Recife, 2010. Disponível em: [https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/cartilha\\_CEAS+ProRural\\_000h69ksgap02wx7ha0bjxel5co1i8ui.pdf](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/cartilha_CEAS+ProRural_000h69ksgap02wx7ha0bjxel5co1i8ui.pdf). Acessado em: 16/03/2018.

EMBRAPA. 2017. Disponível em: [http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio\\_mata\\_sul\\_pernambucana/arvore/CONT000fd7p9nac02wx5eo0a2ndxyexh4g64.html](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio_mata_sul_pernambucana/arvore/CONT000fd7p9nac02wx5eo0a2ndxyexh4g64.html). Acessado em 15/03/2018.

INCRA/FAO. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, 2000. p. 76. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iTs4E7R59.pdf>. Acessado em: 11/01/18.

IPA- Instituto de Pesquisa agrônoma, 2017. Disponível em <http://www.ipa.br/novo/>. Acessado em 09/03/2018.

IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. Brasília, 2013.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <https://goo.gl/maps/Frqknh7Wo5q>. Acessado em: 02/07/2018.

GUANZIROLI, C. **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural**. In. RER, Rio de Janeiro, vol. 45, abril, 2007, p. 301-328. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v45n2/04.pdf>. Acessado em: 11/02/2018.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: [http://docente.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/livros/gil-a.-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas2002./at\\_download/file](http://docente.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/livros/gil-a.-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas2002./at_download/file). Acessado em: 09/01/18.

LEÃO, E.; VITAL, T. **Evolução e Situação Atual da Agricultura de Base Ecológica em Pernambuco**. Revista em Agronegócios e Meio Ambiente, Maringá, v. 4, mai/ago. 2011. p. 186-207. Disponível em: <http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/view/1824/1238%20ler%20quadro%20pagina%20197>. Acessado em 08/03/2018.

LOPES, A. In: Prefácio. In: Org. FERRANTE, Vera. WHITAKER, Dulce. **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Org. Bernardo Mançano Fernandes ... [et al]. Brasília: Uniara, 2008. p. 348. Disponível em: [http://nead.mda.gov.br/download.php?file=publicacoes/especial/reforma\\_agraria\\_e\\_desnvolvi mento.pdf](http://nead.mda.gov.br/download.php?file=publicacoes/especial/reforma_agraria_e_desnvolvi mento.pdf). Acessado em: 11/02/2008.

PAES-SOUSA, R. Políticas Sociais e Desigualdade no Brasil. In: MADEIRA, L. (Orgs.). **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre: UFRGS, 2014. p. 7-13.

RODER, E.; SILVA, E. **Agricultura familiar e as teses de doutorado no Brasil**. In: TransInformação, Campinas, v. 25, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v25n2/a02v25n2.pdf>. Acessado em: 13/02/2018.

SARLES-FILHO, Sergio. **Ideias fundadoras: apresentação**. Revista Brasileira de Inovação, v. 4, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8648906/15452>. Acessando em: 21/07/2018.

SOUSA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Porto Alegre, 2006, p. 20-45.

**APÊNDICES- ROTEIRO DE ENTREVISTA  
FAMÍLIAS ASSENTADAS DO SÍTIO BAIXIO VERDE, SALGUEIRO-PE**

## APÊNDICE A

O presente instrumento é direcionado aos assentados da comunidade Baixio Verde. É formado por duas partes: primeira contempla um breve perfil do entrevistado, envolvendo informações socioeconômicas. A segunda parte é formada por questões abertas, – sobre as condições de vida atual dos assentados – como moradia, renda e condições de alimentação, e também, questões direcionada para os agricultores como era as condições vida antes de serem assentados.

Nº Quest. [\_\_\_\_]

Nome do entrevistado (a): \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Horário – Início: \_\_\_\_: \_\_\_\_ Término: \_\_\_\_: \_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

### I – PERFIL DO ENTREVISTADO

#### A – PERFIL SOCIOECONÔMICO

**1 Gênero:**

[1] Feminino                      [2] Masculino

**2 Idade** [\_\_\_\_] [99] NS/NR

**3. Estado Civil**

[1] Solteiro	[4] Viúvo
[2] Casado	[5] Outro. Qual?
[3] Divorciado/Separado	[99] NS/NR

**4 Morava com – ANTES**

[1] Sozinho	[3] Pais [____]
[2] Companheiro/a	[4] Outro. Qual?
[3] Filho(s) [____]	[99] NS/NR

**5 Mora com – ATUAL**

[1] Sozinho	[3] Pais [____]
[2] Companheiro/a	[4] Outro. Qual?
[3] Filho(s) [____]	[99] NS/NR

**6 Nasceu onde (Estado/município/bairro ou distrito)** \_\_\_\_\_

*[Se é de outro município e/ou Estado responder 6, senão pule para 9]*

**7 Em que ano veio morar em Salgueiro?** \_\_\_\_\_ [99] NS/NR

**8. O que motivou essa mudança? (Se respondeu 9)**

[1] Trabalho/Renda	[5] Educação
[2] Moradia	[6] Família
[3] Segurança	[7] Outro. Qual?
[4] Saúde	[99] NS/NR

**9. Em que data se mudou para o assentamento Sítio Baixio Verde?**

[1] [\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_]                      [99] NS/NR

### Perfil Ocupação e Renda

10. Ocupação principal [ \_\_\_\_\_ ]

11. Outra ocupação [ \_\_\_\_\_ ]

12. Transferência de Renda [Obs.: pode marcar mais de uma alternativa]

[1] Aposentadoria

[4] Pensão

[2] Bolsa Família

[5] Outro

[3] BPC

[99] NS/NR

13. Renda Familiar [em Salários Mínimos]

[1] até 1

[4] 3 a 5

[2] 1 a 2

[5] acima de 5

[3] 2 a 3

[99] NS/NR

### Perfil Educacional

14. Escolaridade

[1] Não frequentou

[7] Ensino Médio incompleto

[2] Alfabetizado/Primário

[8] Ensino Médio completo

[3] Ensino Fundamental I incompleto

[9] Ensino Técnico incompleto

[4] Ensino Fundamental I completo

[10] Ensino Técnico completo

[5] Ensino Fundamental II incompleto

[11] Outro. Qual? \_\_\_\_\_

[6] Ensino Fundamental II completo

[99] NS/NR

15. Antes de se mudar para o assentamento estava estudando?

[1] Não

[2] Sim. Onde/Qual Curso? \_\_\_\_\_

[99] NS/NR

16. Estuda atualmente?

[1] Não

[2] Sim. Onde/Qual Curso? \_\_\_\_\_

[99] NS/NR

[Dica: se antes não, e agora sim, o que motivou, busque essa informação]

17. Se sim no momento, em qual turno:

[1] Manhã

[3] Noite

[2] Tarde

[99] NS/NR

### B- CONDIÇÕES DE MORADIA – ANTES

18. Local que morava antes (Bairro, Sítio ou Distrito/Cidade)

[ \_\_\_\_\_ ]

19. Situação da residência anterior

[1] Própria (da família do entrevistado)

[4] Invadido/Ocupado

- [2] Alugado (valor do aluguel - R\$ \_\_\_\_\_)      [5] Outro. Qual?  
 [3] Cedido      [99] NS/NR

### Estrutura da residência anterior

<b>20. Tipo principal de material da residência</b>	<i>[Obs.: marcar apenas uma alternativa]</i>
[1] Alvenaria	[5] Misto
[2] Taipa	[6] Improvisado
[3] Madeira/Tábua	[7] Outro. Qual?
[4] Barro com madeira	[99] NS/NR
<b>21. Parede</b>	<i>[Obs.: pode marcar mais de uma alternativa]</i>
[1] S/Reboco	[4] Pintada
[2] C/Reboco	[5] Outro. Qual?
[3] Cerâmica	[99] NS/NR
<b>22. Teto</b>	<i>[Obs.: pode marcar mais de uma alternativa]</i>
[1] Laje	[4] Fibrocimento/Amianto
[2] Telha de barro	[5] Outro. Qual?
[3] Forro de gesso	[99] NS/NR
<b>23. Piso</b>	<i>[Obs.: marcar apenas uma alternativa]</i>
[1] Cerâmica	[4] Terra batida
[2] Cimento queimado	[5] Outro. Qual?
[3] Cimento grosso	[99] NS/NR
<b>24. Acesso a Água</b>	<i>[Obs.: marcar apenas uma alternativa]</i>
[1] Encanada	[3] Cisterna
[2] Poço	[4] Outro. Qual
	[99] NS/NR
<b>25. Acesso Energia Elétrica</b>	<i>[Obs.: marcar apenas uma alternativa]</i>
[1] Não	[3] Outro. Qual?
[2] Sim	[99] NS/NR
<b>26. Utilização de fogão</b>	<i>[Obs.: marcar apenas uma alternativa]</i>
[1] A gás	[3] Outro. Qual?
[2] A lenha	[99] NS/NR [99] NS/NR

**27. Quantidade de cômodos | Quartos [\_\_\_\_] Banheiros [\_\_\_\_] Demais [\_\_\_\_]**

**28. Havia acesso provimentos comunitários/públicos do entorno** *[Obs.: pode marcar mais de uma alternativa]*

- |                                    |                                     |
|------------------------------------|-------------------------------------|
| [1] Unidade de Saúde               | [6] Assistência Social (CRAS/CREAS) |
| [2] Escola Pública                 | [7] Transporte Público              |
| [3] Creche                         | [8] Parques/Áreas de Lazer públicas |
| [4] Posto Policial / Patrulhamento | [9] Outro. Qual?                    |
| [5] Guarda Municipal               | [99] NS/NR                          |

**29. Infraestrutura do entorno** *[Obs.: pode marcar mais de uma alternativa]*

- |                                  |                       |
|----------------------------------|-----------------------|
| [1] Pavimentação rua/comunidade  | [5] Saneamento básico |
| [2] Rede elétrica rua/comunidade | [6] Rede de esgoto    |
| [3] Limpeza Urbana               | [7] Outro. Qual?      |
| [4] Coleta de lixo               | [99] NS/NR            |

**C – PERCEPÇÃO SOBRE MORADIA – ATUAL**

Percepção/avaliação do assentado entrevistado sobre a residência recebida e o entorno. Utilize a escala abaixo para avaliar.

Muito insatisfeito	Insatisfeito	Indiferente	Satisfeito	Muito satisfeito
1	2	3	4	5

<b>HABITABILIDADE da casa<sup>17</sup></b>	
30. Disposição dos cômodos (desenho da casa)	
31. Adequado ao mobiliário (móveis em geral: cama, guarda-roupa, geladeira, fogão, mesa, etc.)	
32. Tamanho cozinha	
33. Tamanho sala	
34. Tamanho varanda	
35. Tamanho quartos	
36. Tamanho banheiro	
37. Tamanho área de serviço	
38. Temperatura (inverno e verão)	
39. Ruídos/Barulhos (interno e externo)	
40. Iluminação natural	
41. Ventilação natural	
<b>Segurança da casa/sítio</b>	
42. Estrutural –casa (incêndios, intempéries: chuvas, ventanias, tempestades)	
43. Intrusão (assaltos, roubos ou quaisquer tipos de vandalismo)	
44. Na comunidade/vila	
<b>Construção e estética da casa</b>	
45. Pisos	
46. Paredes	
47. Portas e Janelas	
48. Telhado	
49. Estrutura geral	
50. Instalação elétrica	
51. Instalação hidráulica	
52. Aparência geral da casa	
<b>Infraestrutura e equipamentos do assentamento</b>	
53. Área ou Espaços de Lazer/Outros ( )	
54. Vias/Estradas de acesso a vila	
55. poço	
56. Açude	
57. Abastecimento de água cisterna	
58. Pavimentação na comunidade	
59. Rede elétrica-na comunidade	
60. Iluminação pública	
61. Fossa de esgoto	

<sup>17</sup> Com base/adaptação no roteiro de entrevista de MOREIRA, Vinicius de Souza. *Avaliação do Programa "Minha Casa, Minha Vida" em Minas Gerais*. – Viçosa, MG, 2016. [Dissertação] disponível em: <[www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/8661/texto%20completo.pdf?sequence=1](http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/8661/texto%20completo.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 12 mar. 2018.

62. Transporte público para escola	
63. Sinal de telefonia celular	
64. Sinal de internet	
65. Transporte público (acesso)	
66. Transporte público (frequência)	
67. Ligação entre vila e centro/cidade	
68. Educação (escolas/instituições de ensino em geral) – acesso	
69. Saúde (posto de saúde, hospital) – acesso	
70. Assistência Social (CRAS/CREAS) – acesso	
71. Igrejas/Espaços de manifestação religiosa/Templos religiosos	
72. Comércio/serviços básicos (mercados, farmácias, vestuário, pagamento de contas)	

### Estrutura da residência atual

<b>73. Acesso a Água</b>	<i>[Obs.: marcar apenas uma alternativa]</i>
[1] Encanada	[3] Cisterna
[2] Poço	[4] Outro. Qual
	[99] NS/NR
<b>74. Utilização de fogão</b>	<i>[Obs.: marcar apenas uma alternativa]</i>
[1] A gás	[3] Outro. Qual?
[2] A lenha	[99] NS/NR [99] NS/NR

### D – COMERCIALIZAÇÃO

#### 75. Onde/como comercializa os produtos agrícolas *[Obs.: pode marcar mais de uma alternativa]*

- |                          |                                |
|--------------------------|--------------------------------|
| [1] No próprio sítio     | [4] Feira no próprio Município |
| [2] Bodega               | [5] Feira em outro Município   |
| [3] Espaço Agroecológico | [6] Outros. Qual _____         |
|                          | [99] NS/NR                     |

#### 76. Quanto a mudança para um assentamento, qual avaliação para você e sua família *[Obs.: marcar até 3 alternativas]*

- |  |                          |
|--|--------------------------|
| [1] Ter casa própria   | [5] Melhoria da renda    |
| [2] Comodidade   | [6] Ter saído do aluguel |
| [3] Conforto   | [7] Outro. Qual?         |
| [4] Melhoria do acesso a serviços de saúde, educação e lazer | [99] NS/NR               |

#### 77. O que seria necessário no assentamento para melhorar a qualidade de vida das pessoas?

*[Obs.: pode marcar mais de uma alternativa]*

- |                                |                                   |
|--------------------------------|-----------------------------------|
| [1] Segurança/Policiamento     | [12] Unidade de Saúde próxima     |
| [2] Iluminação                 | [13] Feira local                  |
| [3] Coleta de lixo/reciclagem  | [14] Comércio e Serviços próximos |
| [4] Água regularmente          | [15] Praças e ruas arborizadas    |
| [5] Rede de Esgoto/Saneamento  | [16] Áreas de lazer               |
| [6] Transporte público         | [17] Casa lotérica                |
| [7] Transporte escolar         | [18] Posto bancário               |
| [8] Creche                     | [19] Acesso botijão de gás        |
| [9] Escolas                    | [20] Outro. Qual?                 |
| [10] Sinal de internet/celular | [99] NS/NR                        |

[11] Opções de trabalho

**78. Quais foram as principais dificuldades da família para a aquisição e a transferência para o assentamento?**

- |  |                             |
|--|-----------------------------|
| [1] Burocracia   | [5] Distância para trabalho |
| [2] Financiamento da casa                              | [6] Distância de familiares |
| [3] Estrutura/Acomodações da casa                      | [7] Distância centro        |
| [4] Distância Escolas, Saúde e outros serviços sociais | [9] Outro. Qual?            |
|  | [99] NS/NR                  |

**2 ROTEIRO ENTREVISTA**

A partir daqui peça autorização para gravar. Essa autorização precisa aparecer na gravação, informando o nome do entrevistado, data e título da pesquisa.

**E- DIMENSÃO DAS CULTURAS/criações DOS ASSENTADOS**

**79. Culturas/criações/produtos cultivados no assentamento.**

*[Por ordem decrescente de importância – o número 1(um) como o mais importante]*

1.	6.
2.	7.
3.	8.
4.	9.
5.	10.

**80. Cultivava alguma cultura/criações/produtos antes de ser assentado? Se sim, onde e quais? E agora que está no assentamento houve alguma modificação? E a quantidade produzida alterou?**

*- Como eram as condições de produzir antes?*

**81. Antes de vir para o assentamento tinha outras opções ocupação e renda? Se sim, quais?**

**F – DIMENSÃO DA SAÚDE ALIMENTAR AGRICULTOR**

**82. A quantidade de bens de consumo para alimentação mudou após ser assentado?**

**83. O que modificou na alimentação da família (como se alimentava antes)?**

**G – PRONAF (CRÉDITO)**

**84. O acesso ao Pronaf (crédito/dinheiro), alterou algo na produção e condições de vida?**

**85. Teve assistência/orientação de alguma instituição de como acessar e aplicar o crédito do Pronaf? Se sim quais? E como foi a assessoria?**

*- Já utilizou outras linhas crédito para financiar algo na produção? Quais? Aplicou em que?*

86. Quando (ou quantas vezes) utilizou o crédito do Pronaf?

87. Como aplicou o crédito do Pronaf?

#### **H – REFORMA AGRÁRIA (TERRA)**

88. As políticas públicas da reforma agrária, lhe dado o direito ao acesso à terra para produzir, melhorou as condições de vida do Sr.? Se sim, o que melhorou e como?

89. O Sr. tem assistência de alguns órgãos do como utilizar a terra no cultivo das cultuaras/criações? Se sim, quais?

#### **I – OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

90. Recebe ou recebeu outros apoios de ações/políticas sociais/pública? Se sim, quais e como?

91. Como pensa que estaria as condições de vida hoje sem essas políticas?

**Anotações extras:**